

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS UNIFAL-MG

Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Aprovado pelo Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação em sua 281ª reunião, realizada em 21 de outubro de 2019, pela Resolução nº 038/2019, de 21 de outubro de 2019, publicada em 30 de outubro de 2019.

Alterado pelo Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação em sua 294ª reunião, realizada em 29 de junho de 2020 pela Resolução nº 017/2020 de 29 de junho de 2020, publicada em 02 de julho de 2020.

Alfenas - MG
2019

Visão institucional

Ser reconhecida por sua excelência acadêmica, científica, cultural e social nos cenários nacional e internacional.

Missão institucional

Promover a formação plena do ser humano, gerando, sistematizando e difundindo o conhecimento, comprometendo-se com a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, com base nos princípios da reflexão crítica, da ética, da liberdade de expressão, da solidariedade, da justiça, da inclusão social, da democracia, da inovação e da sustentabilidade.

Valores institucionais

Constituem valores preciosos, adotados e cultivados pela UNIFAL-MG:

Ética

Excelência

Eficiência

Inovação

Sustentabilidade

Pluralidade

Transparência

Dados Institucionais

Fundação:

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), foi fundada no dia 03 de abril de 1914, por João Leão de Faria.

Federalização:

A federalização ocorreu com a publicação, no DOU de 21 de dezembro de 1960, da lei nº 3.854/60. A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se por meio do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972.

Transformação em Universidade:

A transformação em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) ocorreu por meio da lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005.

Endereços:

Campus - Alfenas - Sede:

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700
Bairro: Centro - Alfenas - MG
CEP: 37130-001
Tel: (35) 3701-9000
email: unifal@unifal-mg.edu.br
Home Page: <http://www.unifal-mg.edu.br>

Campus Alfenas - Unidade II:

Av. Jovino Fernandes Sales, 2600
Bairro: Santa Clara - Alfenas - MG
CEP 37133-840
Tel.: (35) 3701-1805

Campus Poços de Caldas:

Rodovia José Aurélio Vilela, 11999 (BR 267 Km 533)
Bairro: Cidade Universitária - Poços de Caldas - MG
CEP: 37715-400
Tel.: (35) 3697-4600

Campus Varginha:

Avenida Celina Ferreira Ottoni, nº 4000
Bairro: Padre Vítor - Varginha - MG
CEP: 37048-395
Tel.: 35 3219-8640
Fax: 35 3219-8608

Dirigentes

Reitor

Prof. Dr. Sandro Amadeu Cerveira

Vice-Reitor

Prof. Dr. Alessandro Antônio Costa Pereira

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Prof. Dr. Mayk Vieira Coelho

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis

Prof. Dr. Wellington Ferreira Lima

Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a. Dr.^a. Eliane Garcia Rezende

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Prof.^a. Dr.^a. Juliana Guedes Martins

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. José Francisco Lopes Xarão

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Bergamin Boralli Marques

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

Lucas Cezar Mendonça

Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL)

Prof. Dr. Paulo César Oliveira

Organizador

Prof. Elias Evangelista Gomes

Autoras e autores**Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais –
Licenciatura**

Prof. Elias Evangelista Gomes – Presidente

Prof. Gleyton Carlos da Silva Trindade

Prof. Luís Antonio Groppo

Profa. Sylvia da Silveira Nunes

Prof. Thiago Antônio Oliveira Sá

Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

Prof. Adriano Pereira Santos – Coordenador do Curso

Prof. Gleyton Carlos da Silva Trindade – Vice Coordenador do Curso

Profa. Carmem Lúcia Rodrigues

Prof. Leonardo Turchi Pacheco

Discente Taynah Ataite Rossigali

Discente Guilherme Prado Zanon

Outros professores do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

Prof. Antônio Carlos Andrade Ribeiro

Prof. Carlos Tadeu Siepierski

Prof. Lucas Cid Gigante

Prof. Marcelo Rodrigues Conceição

Profa. Marcela de Andrade Rufato

Prof. Sandro Amadeu Cerveira

Prof. Thiago Rodrigues Silame

Quadro 1: Ciências Sociais - Licenciatura. Identificação e condições de oferta

Identificação e condições de oferta	
Curso	Ciências Sociais – Licenciatura
Modalidade	Licenciatura
Habilitação	Não se aplica
Título acadêmico	Licenciado em Ciências Sociais
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Regime de progressão curricular	Carga-Horária/Créditos
Tempo de integralização	Mínimo: 4 anos / Máximo: 6 anos
Carga horária total	3200 horas
Regime de Ingresso	Anual / 1º semestre
Número de vagas por ingresso	20 vagas/ano
Forma de ingresso	Processo seletivo
Turno de funcionamento	Noturno
Local de funcionamento	Campus Alfenas - Sede Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Centro - Alfenas - Minas Gerais CEP: 37.130-001

Memorial do Projeto Pedagógico do Curso

Quadro 2: Memorial do projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais – Licenciatura –
Atualizado em 16/12/2016

Projeto Político-Pedagógico do Curso	Alterações
<p>Projeto de Implantação de Curso de Ciências Sociais - licenciatura (Aprovada pelo Conselho Superior, pela Resolução Nº 035/2008 de 30/10/2008. Publicada em 04/11/2008). Processo Nº 23087.003635/2008-17</p>	<p>Reestruturação do Projeto de Implantação do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura (Aprovada pelo Conselho Superior, pela Resolução Nº 050/2009 de 17/12/2009. Publicada em 21/12/2009). Processo Nº 23087.006973/2009-91</p>
<p>Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - licenciatura (Aprovada pelo CEPE, pela Resolução Nº 012/2011 de 16/06/2011. Publicada em 17/06/2011). Processo Nº 23087.002810/2011-54</p>	<p>Alteração na dinâmica curricular incluindo “LIBRAS” como disciplina eletiva para o curso de Ciências Sociais - Bacharelado e disciplina curricular obrigatória para o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura (Aprovada pelo CEPE, pela Resolução Nº 055/2011 de 07/12/2011. Publicada em 08/12/2011). Processo Nº 23087.006652/2011-10</p>
	<p>Alteração da Carga horária da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso II” de 120 horas para 150 horas. (Aprovada pelo CEPE, pela Resolução Nº 051/2012 de 17/12/2012. Publicada em 18/12/2012). Processo Nº 23087.006202/2012-08</p>
	<p>Alteração da dinâmica curricular:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Onde consta a disciplina Introdução à Economia deverá constar Pensamento Social Brasileiro: perspectivas políticas. - Onde consta a disciplina Pensamento Social Brasileiro deverá constar Pensamento Social Brasileiro: perspectivas sociológicas. - Onde consta a disciplina eletiva 6º período será inserida a disciplina Pensamento Social Brasileiro: perspectivas antropológicas como disciplina obrigatória. (Aprovada pelo CEPE, pela Resolução Nº 003/2014 de 10/01/2014, publicada na mesma data.) Processo nº 23087.009383/2013-05.
	<p>Aprova a alteração do Projeto Político-Pedagógico para fazer constar as seguintes modificações, para todos os alunos matriculados no curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - retirada de uma disciplina optativa do 8º período do curso; - inclusão da disciplina obrigatória “Relações Étnico-Raciais”, com carga horária de 60 horas, no 8º período do curso e ementa constante no processo; - mudança das ementas das disciplinas: Antropologia II, Antropologia III, Antropologia IV, Ciência Política I, Ciência Política IV, Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Políticas, Sociologia I, Sociologia II, Sociologia III, Sociologia IV, Pensamento Social Brasileiro: Perspectivas Sociológicas e Psicologia Social. (Aprovada pelo CEPE, pela Resolução Nº 34/2016 de

24/11/2016. Publicada em 27/10/2016). **Processo Nº 23087.011453/2016-20**

Aprova a alteração do Projeto Pedagógico para fazer constar a seguinte modificação, para todos os alunos matriculados no curso, no item 3.5.1 “Disciplinas presenciais”:

- os alunos deverão cumprir 180 horas em disciplinas eletivas e optativas. (Aprovada pelo CEPE, pela Resolução Nº 44/2016 de 07/12/2016, publicada em 09/12/2016).

Processo Nº 23087.011980/2016-34

SUMÁRIO	
I. APRESENTAÇÃO	10
1. Introdução	10
2. Breve histórico do curso	12
3. Justificativa	15
4. Objetivos	18
4.1. Objetivo Geral	18
4.2. Objetivos Específicos	19
II. CONCEPÇÃO DO CURSO	21
5. Fundamentação Filosófica e Pedagógica	21
6. Fundamentação Legal	29
7. Linhas de Formação: Habilitações e Ênfases	31
8. Perfil do egresso	31
8.1. Competências e habilidades	33
8.2. Área de atuação	35
III. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
9. Organização dos eixos, módulos, núcleos, disciplinas, prazos e carga horária de integralização	37
10. Condição de migração e adaptação curricular	40
11. Perfil Gráfico do Curso	41
12. Dinâmica curricular	42
13. Ementário.	46
14. Componentes Curriculares	57
14.1 Atividades complementares	57
14.2 Prática como Componente Curricular	58
14.3 Trabalho de Conclusão de Curso	60
14.4 Estágio obrigatório	61
14.5 Estágio não obrigatório	61
14.6 Extensão	62
14.7 Pesquisa	66
IV. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO	67
15. Metodologia de Ensino e de Avaliação da Aprendizagem	67
16. Metodologia de Avaliação	70
16.1 Avaliação do Projeto Pedagógico	71
16.2 Avaliação Interna do curso	73
16.4 Avaliação Externa do curso – SINAES	73
V. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO	74
17. Recursos físicos, tecnológicos e outros	74
18. Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo em Educação	76
Referências	
REFERÊNCIAS	78

I. Apresentação

1. Introdução

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) é resultado de uma construção coletiva e dinâmica, orientada pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP N. 02/2015). Sua concepção e estrutura curricular foi elaborada também a partir do acúmulo das experiências de ensino e aprendizagem do corpo docente e corpo discente, ao longo dos últimos anos, orientadas pelas avaliações realizadas em reuniões pedagógicas, assembleias, pesquisas internas, constantes diálogos entre docentes, discentes, equipe técnico-administrativa, a comunidade local e escolas da educação básica. Considerou-se também as transformações recentes no cenário socioeconômico, político, cultural e educacional dos últimos anos, com desafios que incitam respostas e perspectivas ético-políticas e pedagógicas presentes nesse documento.

A construção deste projeto se apoiou na legislação em vigor, elaborada pelos órgãos e comissões competentes, sobre as diretrizes e bases educacionais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.364/96); as já citadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP N. 02/2015); as Diretrizes para os Cursos de Ciências Sociais (Resolução CNE/CES n. 17 de 13 de março de 2002, Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1363/2001); o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 a 2020 da UNIFAL-MG (Resolução n. 100/2015 do Consuni-UNIFAL-MG); Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB 4/2010); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP Nº 8, de

06/03/2012 e Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012); Titulação do corpo docente (art. 66 da Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010); Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005); Políticas de educação ambiental (Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002); Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

Em relação às normativas institucionais, este Projeto seguiu a Resolução Prograd 066/2017 (que dispõe sobre as diretrizes de gestão dos projetos pedagógicos institucionais) e a Resolução CEPE 015/2016 (Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UNIFAL-MG), sempre procurando acompanhar as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIFAL-MG.

A equipe responsável pela elaboração do projeto criado em 2011, vigente até a aprovação desse projeto atual, foi composta por todo o corpo docente de então. Eram oito professores, dentre os quais apenas um não é mais docente da UNIFAL-MG. Os demais docentes – Professores Doutores Adriano Pereira Santos, Carlos Tadeu Siepierski, Gleyton Carlos da Silva Trindade, Leonardo Turchi Pacheco, Lucas Cid Gigante, Marcelo Rodrigues Conceição e Sandro Amadeu Cerveira – seguem como docentes da UNIFAL-MG e atuantes no curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Dessa forma, a proposição e construção do presente projeto pôde contar com a memória e o acúmulo de experiência de quase todo o seu corpo docente original, em diálogo com novas e novos docentes que chegaram ao curso.

Para uma construção democrática e adequada às legislações, resoluções e regulamentações vigentes, o projeto agora apresentado é fruto de constante reflexão em assembleias com corpo docente e representantes do corpo docente, bem como das reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Nessas oportunidades, bem como nas reuniões para a reformulação do projeto pedagógico, foram feitas análises de dados coletados em pesquisas internas com o curso, incluindo a avaliação semestral realizada pelo Sistema Acadêmico e o acompanhamento dos egressos. Para garantir a consistência pedagógica deste projeto, foi muito importante o diálogo com escolas e com docentes da educação básica, por meio do estágio supervisionado, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa

Residência Pedagógica e de eventos de extensão destinados a docentes da rede pública de Educação Básica. Enfim, o NDE do curso organizou fóruns do curso Licenciatura em Ciências Sociais, em que docentes e discentes debateram propostas iniciais de reformulação do projeto pedagógico de curso, em um importante momento de sistematização das ideias e síntese da concepção de curso e da formação desejada.

O projeto está estruturado nas seguintes partes: apresentação, concepção do curso, organização curricular, desenvolvimento metodológico, estrutura do funcionamento, referências e apêndices. Visa a orientar o processo de ensino-aprendizagem para docentes e estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UNIFAL-MG, esclarecendo sobre os objetivos do curso, o perfil do egresso desejado, o currículo, a metodologia, os recursos e o corpo docente e técnico-administrativo.

2. Breve histórico do curso

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais foi implementado em 2009, pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), como parte das ações de adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Criado pelo governo federal em 2007, o Reuni tinha como um de seus objetivos ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

O projeto de implantação previa a contratação de docentes para as áreas específicas e básicas, o que permitiu a reorganização do curso e, conseqüentemente, a redefinição da concepção, dos conteúdos e dos objetivos.

Em 2008, foi sancionada a Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008, que restabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e de Filosofia no Ensino Médio. Como visto, a Licenciatura em Ciências Sociais da UNIFAL-MG foi implementada um ano após a promulgação desta lei. Ao longo desses anos, o curso tem se consolidado como importante formador de docentes de Sociologia no ensino médio em Minas Gerais, em especial no Sul de Minas Gerais, e em diferentes localidades do Estado de São Paulo, como o retorno

das egressas e egressos tem mostrado. O curso consolidou essa sua principal função educacional para a sociedade também com a chegada de novas e novos docentes, que vieram completar o quadro docente, dedicando-se especialmente à formação da docência para a Educação Básica. Também, pela crescente conscientização de todo o corpo docente sobre as especificidades da formação da e do docente em Sociologia na Educação Básica, superando concepções tradicionais e arraigadas, entre as quais a de que basta ser uma boa e um bom bacharel em Ciências Sociais para ser boa e bom docente. A convivência, em especial durante os primeiros anos do curso, entre discentes do bacharelado e da licenciatura em Ciências Sociais tem se convertido em um diálogo ainda mais rico e interessante entre essas importantes dimensões da atuação da e do cientista social no Brasil, valorizando-as igualmente.

A Licenciatura em Ciências Sociais da UNIFAL-MG manteve desde o seu início uma regularidade na oferta e no preenchimento das vagas oferecidas. Estudantes provenientes, especialmente, do Sul de Minas Gerais e de diferentes localidades do Estado de São Paulo têm se destacado como corpo discente, que também tem combinado de modo interessante estudantes mais jovens e saídos há pouco tempo do ensino médio, com estudantes na idade adulta, que nem sempre tiveram a Sociologia no ensino médio, alguns tendo completado sua educação básica, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com o passar dos anos, consolidada a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, tem aumentado bastante o número de estudantes com maior conhecimento prévio acerca das Ciências Sociais, oferecendo perspectivas diferentes à graduação nessa área, que pode reduzir, com o tempo, a carga horária de ensino de tom mais propedêutico e preparatório para o ingresso no campo de conhecimento. De toda forma, o público adulto continua relevante, com várias pessoas que encontram em fases diversas da vida, dada a origem e trajetória social, a oportunidade de ingressar em uma educação superior pública, gratuita, de qualidade e inclusiva. Tem sido frutífero o esforço de realizar outro diálogo intergeracional entre jovens e adultos, não apenas nas relações entre docentes e discentes, mas também entre as e os discentes, com interessantes resultados.

A Licenciatura em Ciências Sociais da UNIFAL-MG, logo na origem do PIBID, ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), aderiu a esse programa e o tem regularmente ofertado ao corpo discente. Também aderiu à reformulação do PIBID, feita em 2018, bem como ao novo Programa de Residência Pedagógica, igualmente ofertado pela CAPES. O PIBID, ao lado do estágio obrigatório, tem se constituído com uma importante ponte para o diálogo com o universo da educação básica em Alfenas e região, bem como recurso valioso para a formação de docentes de Sociologia no ensino médio e para o próprio corpo docente do curso de Licenciatura melhor desenvolver seu trabalho formativo.

A atuação do corpo docente e discente na extensão universitária tem sido outro aspecto de grande destaque, com resultados importantes para a formação e para o próprio futuro profissional das egressas e dos egressos. Diversos programas e projetos de extensão nasceram dentro do curso ou envolveram diretamente docentes do curso, com número relevante de discentes da Licenciatura em Ciências Sociais envolvidas e envolvidos. Nos últimos anos, destacaram-se: Projeto Realidade Brasileira: Fórum Sul Mineiro de movimentos sociais (2013-2016), Fórum de Combate ao Uso de Agrotóxicos: Soberania Alimentar e Agroecologia na Região de Alfenas (2016-atual), Grupo de Estudos Sobre a Juventude (2014-atual), Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular (2016-2017), Grupo de Estudos sobre Sociologia e Psicologia da música (2017), Rede de Agentes Sociais com enfoque na cultura afro-brasileira (2017), A Imaginação Sociológica e o Sul de Minas (2015-atual), Grupo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade na Ótica da Teoria Queer (2015), Ritmos e Elementos do Maracatu de Baque Virado (2004-atual), Cursinho Popular de Alfenas-MG da Rede Emancipa (2009-2018) e Centro de Convivência Ecológica na UNIFAL-MG (2014). Alguns desses projetos funcionam de forma largamente horizontal e praticamente autogestionada por estudantes, como a Rede Emancipa e o Maracatu de Baque Virado. A Rede Emancipa e o Maracatu também têm como qualidade o seu grande envolvimento com movimentos sociais do Sul de Minas, tal qual o Projeto Realidade Brasileira. Há também uma profusão de eventos de extensão que foram realizadas, por docentes e discentes do próprio curso, ou em integração com outros cursos, versando sobre a formação de docentes em

Sociologia para o ensino médio e temáticas do campo das Ciências Sociais e afins, por meio do intercâmbio com instituições acadêmicas de outros locais do país e/ou pelo diálogo com movimentos sociais e com outras organizações da sociedade civil e do poder público local e nacional. Entre esses eventos, deve-se destacar as Jornadas de Ciências Sociais.

Destaca-se também o engajamento de docentes e discentes nos Grupos de Pesquisa e nos projetos de pesquisa da UNIFAL-MG, por meio do qual têm se sistematizado também as ações de extensão e as atividades do PIBIC e estágio, assim como têm se realizado Iniciações Científicas (IC) (voluntárias ou com bolsa) e diversos Trabalhos de Conclusão de Curso. Também, por meio do engajamento nas atividades de pesquisa, egressas e egressos da Licenciatura em Ciências Sociais da UNIFAL-MG têm ingressado em Programas de Pós-graduação no campo das Ciências Sociais e em Educação, dando continuidade a seus TCC e/ou IC, incluindo o mestrado em Educação da própria UNIFAL-MG.

Entre os Grupos de Pesquisa registrados no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é preciso destacar aqueles que são ou já foram coordenados por docentes dos cursos de Ciências Sociais, ou que contam com sua ativa participação: Sociedade e Cultura Contemporâneas, Sociedade Industrial: Processos e Teorias Sociais e Filosofia, História e Teoria Social.

Há de se destacar neste histórico, enfim, a reformulação das normas do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais, em 2014, com comissão formada por docentes e representação discente, que buscou adequar o TCC a formatos mais condizentes com os objetivos de um curso de formação docente para a Educação Básica.

3. Justificativa

O objetivo desse item não é mais o de justificar o próprio curso e sua implementação, mas sim o de justificar a presente reformulação. Contudo, é importante sintetizar, inicialmente, o que o projeto pedagógico anterior e suas

alterações trouxeram acerca da importância desse curso, já que os pontos apresentados permanecem relevantes.

Primeiro, os cursos de Ciências Sociais foram criados no mesmo movimento que expandiu a área das Ciências Humanas na UNIFAL-MG, tradicionalmente uma instituição de ensino no campo da Saúde, contribuindo para se consolidar como *universidade*, buscando a totalidade dos conhecimentos, para uma abertura mais ampla em relação à realidade e ao mundo, uma “abertura para o todo”, tal qual afirma Josef Pieper (1989, p. 23). Nesse sentido, uma “Universidade” digna desse estatuto deve congrega cursos de todas as grandes áreas do conhecimento: biológicas, saúde, natureza, humanas e tecnológicas.

Segundo, na região, não havia oferta suficiente de cursos e vagas para a formação na docência para a educação básica, nem bacharelado, na grande área das Ciências Humanas. Continuam a ser poucas as instituições de educação superior públicas, e as instituições privadas não privilegiam o campo das Ciências Humanas, dadas as menores perspectivas de lucros que esse campo tem oferecido às empresas privadas de educação superior.

Terceiro, a oferta do curso no período noturno, privilegiando, portanto, grande parcela da população que, por exercer ocupações profissionais durante o dia, vê-se excluída das vagas oferecidas pela universidade no período diurno. Sendo assim, o projeto de expansão proporcionou excelente oportunidade para que a UNIFAL-MG se firmasse como instituição de referência na região do Sul de Minas por oferecer, também, cursos da grande área de Ciências Humanas.

A reformulação do projeto pedagógico se justifica, primeiro, pela necessidade de atender as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP N. 2/2015) e ao Plano Nacional de Educação, no que tange à curricularização da extensão universitária. Entretanto, não se buscou uma mera adequação formal às novas Diretrizes e ao PNE; antes, viu-se nesse movimento uma oportunidade para o curso consolidar-se, tendo em vista a missão de formar docentes da educação básica, docentes que teriam a capacidade de atuar com qualidade na pesquisa social e que poderiam dar continuidade à sua formação também na pós-graduação, bem como contribuir em políticas e programas de organizações públicas e privadas.

Destaca-se a consolidação da Sociologia no ensino médio, depois de uma década de aprovação da Lei n. 11.684 (de 2 de junho de 2008), tendo essa disciplina, ainda que com apenas uma aula semanal obrigatória, se firmado como saber curricular legitimado nas escolas em nosso país. A Medida Provisória de Reforma do Ensino Médio, de 2016, transformada na Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, criou novo cenário de instabilidade em relação à permanência da Sociologia como disciplina obrigatória em todos os itinerários de formação previstos. Entretanto, a perspectiva, mesmo diante das diferentes interpretações relativas à regulação dessa lei, é a de que a Sociologia não irá desaparecer como disciplina no ensino médio, necessariamente, tendo de figurar como disciplina obrigatória em alguns dos itinerários previstos – inclusive, com carga horária maior do que uma aula semanal. Nesse sentido, continua a se figurar no cenário, como possibilidade maior de ingresso no mundo do trabalho da egressa e egresso do nosso curso, a docência na educação básica.

Outro aspecto importante se refere aos novos campos de atuação profissional, consolidados ou latentes, para a licenciada e o licenciado em Ciências Sociais, tal qual a atuação como educadora e educador, tanto quanto gestora e gestor, em projetos sociais da sociedade civil e do poder público, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e fundações empresariais. Também, em setores de planejamento e pesquisa de setores empresarial, governamental e não-governamental.

O terceiro aspecto relevante a se considerar como parte do novo cenário é o da ascensão de novas formas de participação adolescente e juvenil na sociedade e na política. Formas de participação nem sempre compreendidas por adultos, sejam eles do campo da educação, da gestão pública, da segurança pública e da mídia. Profissionais a se formarem, atuantes na docência, pesquisa ou gestão, devem ter acesso a saberes e desenvolverem competências que permitam uma relação de maior diálogo e co-aprendizado com esses novos sujeitos educacionais.

De acordo com dados do IBGE, Alfenas, município onde se situa a sede da UNIFAL-MG e que acolhe o curso, tinha a população estimada de quase 80 mil pessoas em 2017. Trata-se de um município com população estudantil universitária elevada, não apenas pela UNIFAL-MG, mas também por outra

grande universidade privada. A presença da população estudantil nem sempre é considerada do ponto de vista social e política pela sociedade local, alimentando um processo relativamente difícil de adaptação de jovens que vêm de outros municípios e estados para estudar em suas universidades. A UNIFAL-MG tem se conscientizado melhor nos últimos anos acerca dessa realidade, feito alguns esforços em relação à permanência e ao bem-estar estudantil. No âmbito desse projeto, consideramos a inserção discente em projetos de extensão universitária também como um mecanismo interessante de pertencimento à cidade e de reconhecimento pela sociedade local. Isso nos levou a adotar nesse projeto com maior convicção, para além de apenas atender a um requisito formal, a Estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), que prevê “assegurar, no mínimo, dez por cento do total da carga horária exigida para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, bem como da integração com a Educação Básica, a formação na interface entre Ciências Sociais e educação e a formação específica em Ciências Sociais.

4. Objetivos

4.1. Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, oferecido pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), pretende possibilitar a formação de docentes para a Educação Básica, mais precisamente, para o ensino médio, conscientes do potencial desse saber para a promoção da cidadania e da participação democrática, docentes que também estejam aptos para atuar em outros âmbitos educacionais, na pesquisa social, em políticas públicas e assuntos educacionais, em organizações públicas ou privadas.

4.2. Objetivos Específicos

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, oferecido pela Universidade Federal de Alfenas, pretende formar profissionais capazes de:

1. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;
2. Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade esperada;
3. Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de Educação Básica;
4. Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
5. Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
6. Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
7. Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
8. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

9. Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
10. Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
11. Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
12. Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
13. Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.
14. Atuar com excelência em espaços educacionais, na pesquisa social, em políticas públicas e em organizações públicas ou privadas;
15. Atuar na pesquisa social básica;
16. Dar continuidade aos estudos em nível de pós-graduação.

II. Concepção do curso

5. Fundamentação Filosófica e Pedagógica

A UNIFAL-MG considera que a educação superior em nossos dias adquiriu um papel relevante, em virtude das mudanças aceleradas de ordem científica e técnica. Tais mudanças incidem diretamente no desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, o que determina a necessidade de redefinir e aperfeiçoar suas funções com relação à formação e capacitação permanente de recursos humanos altamente qualificados.

O aperfeiçoamento das funções profissionais implica o estabelecimento dos nexos e das inter-relações adequados com os demais níveis do sistema educativo, com o mundo do trabalho e com a infraestrutura que promove o desenvolvimento científico e tecnológico.

Dentro dessa perspectiva, a instituição concebe como uma unidade docência-produção-investigação, orientada pelos princípios básicos de articulação sistemática da formação acadêmica de estudantes com sua futura atividade profissional, por meio de sua inserção direta e efetiva na prática do trabalho e no trabalho de investigação em todos os períodos de sua formação.

A descentralização acadêmica, expressa na autonomia de cada curso, permite definir seu currículo e traçar as diretrizes da formação profissional de acordo com o nível de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado, as características regionais e o diagnóstico dos recursos humanos e materiais com que conta. Pressupõem também a orientação das ações acadêmicas, por meio dos princípios de liberdade acadêmica, autonomia administrativa, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e responsabilidade social de dar respostas às exigências que a sociedade coloca.

Nesse sentido, se compromete e se propõe a continuar com esta intencionalidade em prol da formação de profissionais com plena consciência de seus deveres e responsabilidades de cidadãos, com uma ampla cultura científica, técnica e humanista e com o desenvolvimento e sistematização de efetivas habilidades profissionais, com capacidade para resolver de maneira independente e criadora os problemas atuais básicos que se apresentam em sua esfera de atuação.

A formação em Ciências Sociais e sua interface com a Educação.

A área de Ciências Sociais apresenta importante particularidade, em relação à formação docente, que é a sua especificidade. Diferentemente das demais áreas do conhecimento, principalmente, as grandes áreas de exatas e de biológicas, a formação na área de Ciências Sociais é destinada ao tratamento de temas, conceitos, teorias sociais e, por fim, do entendimento e da explicação do funcionamento e organização da sociedade. Dentre os temas há que se destacar a discussão e análise sobre a realidade da educação e da escola, bem como das profissões de forma geral. Portanto, em relação à formação docente, as Ciências Sociais apresentam características particulares, pois, além de estudar as múltiplas formas de organização política, social, econômica e cultural da sociedade, estuda também as suas diversas formas de articulação e relação com a educação, a escola e os profissionais do ensino.

O curso de Ciências Sociais - Licenciatura, a primeira concepção, em relação à construção da dinâmica curricular, foi de que é necessário distribuir as atividades formativas específicas em três áreas tronco, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, de maneira equitativa. Dessa forma, sustentado pela noção de se oferecer as contribuições dos principais autores e correntes de cada uma das áreas, foram definidas como processo de formação introdutória, para os quatro primeiros períodos do curso, uma disciplina de cada área. Desse modo, ao longo de dois anos, será possível oferecer aos estudantes um conhecimento teórico e conceitual que virá a ser complementado na outra metade do curso com atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da possibilidade de disciplinas eletivas que se direcionam a autores ou temas específicos de cada área. Somada à dimensão da formação específica, o curso oferece um conjunto de atividades formativas que visam a articulação entre Ciências Sociais e Educação, possibilitando uma relação efetiva entre teoria e prática.

Na outra ponta, as disciplinas de metodologia da pesquisa, a partir do segundo período, visam apresentar as principais formas de construção de uma pesquisa social e a utilização das diversas técnicas para tal, além de discutir questões acerca da epistemologia e da Sociologia do Conhecimento. Também

servirão de introdução, principalmente para as atividades de pesquisas a serem desenvolvidas a partir do quinto período.

Concepção de Antropologia

Nas atividades formativas obrigatórias da área de Antropologia, apresenta-se as principais teorias, metodologias e temas abordados pelas tradições clássicas da Antropologia e seus desdobramentos contemporâneos. Além disso, as atividades formativas têm como proposta evidenciar as apropriações teórico-metodológicas e os diálogos estabelecidos entre as tradições clássicas e a Antropologia realizada no Brasil.

Concepção de Ciência Política

As atividades formativas da Ciência Política levam em consideração a oferta de um conjunto de teorias e técnicas de pesquisa que possibilitem o domínio de um ferramental analítico que o permita se inserir como docente na educação básica e também na academia, caso deseje prosseguir com os estudos na pós-graduação ou ingressar no mercado de trabalho. A ênfase é dada na teoria política democrática contemporânea em perspectiva comparada. Entretanto, a formação em filosofia política e teoria política clássica foi preservada assim com uma disciplina específica para o Brasil.

Concepção de Sociologia

As atividades formativas de Sociologia visam a fundamentar o conhecimento sobre o desenvolvimento da teoria sociológica e sobre a Sociologia brasileira. Assim, são discutidas as teorias, os métodos e os temas desenvolvidos ao longo da história da disciplina, possibilitando uma introdução às abordagens sociológicas clássicas e contemporâneas. O aprofundamento nas correntes teóricas da Sociologia ficará garantido pela oferta de disciplinas eletivas ofertadas ao longo do curso, reservando a autonomia das alunas e dos alunos na construção de sua trajetória ao longo do processo de formação.

Concepção de Metodologia da Pesquisa

Visando à formação do pesquisador social, as atividades formativas na área de metodologia, poderão articular o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, por meio da introdução à pesquisa social, da compreensão sobre os aspectos epistemológicos das Ciências Sociais e da aprendizagem acerca das metodologias quantitativas e qualitativas, estima-se a construção de um espírito investigativo, capaz de dar consequências criativas para os desafios atuais, por meio da valorização da ciência e da pesquisa em educação.

O ofício docente da educação básica

O trabalho docente e a formação de professores para a educação tornaram-se alvo das políticas de educação superior, bem como foco de estudo da área de Ensino de Ciências Sociais e Educação. Nas últimas décadas, o campo de estudos apontou a necessidade de superação de uma formação fragmentada e deslocada da realidade da escola. Assim, o curso de Ciências Sociais - Licenciatura consegue superar a histórica dicotomia entre bacharelado e licenciatura, articulando a formação específica e a formação docente, ao longo do curso. Por meio de atividades que articulam ensino, prática em pesquisa, extensão, prática como componente curricular, atividades complementares, é possível fundar um novo patamar de formação docente pautado pela integração com a educação básica, a formulação de questões de investigação, bem como o conhecimento sobre a realidade do trabalho docente, o contexto escolar, o currículo e as metodologias de ensino.

O curso pretende aproximar a formação docente em Ciências Sociais da do pesquisador-profissional da área, tarefa que, conforme exposto acima, é inerente às Ciências Sociais. A extensão e a pesquisa são elementos-chave na formação do(a) cientista social, visto que o conhecimento e a interpretação científica da sociedade e das interações entre educação escolar e os demais setores sociais embasam os conteúdos a serem trabalhados na educação básica, bem como os norteadores da formação profissional da ou do docente em seus aspectos gerais (papel social, identidade profissional, relação educação-sociedade etc.). É objetivo tornar familiar, às futuras professoras-

pesquisadoras e aos futuros professores-pesquisadores, os procedimentos de investigação, analisar criticamente a produção do conhecimento e sua disseminação, permitindo a compreensão do processo de produção e apropriação do conhecimento científico.

Diversas pesquisas sobre a temática da formação docente entendem ser uma das principais exigências para a qualidade do futuro profissional a dupla formação: professora-pesquisadora ou professor-pesquisador, situação para a qual as e os docentes do curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG corroboram, pois, o cientista social e a cientista social se formam por meio da constante investigação.

Concebe-se que as atividades do magistério iniciam-se pela capacidade em tornar possível a inteligibilidade do conhecimento específico, fato que se deve conseguir por meio da formação específica e geral em Ciências Sociais. Pela particularidade da área, a ou o cientista social é uma pesquisadora ou um pesquisador nato, o que elimina a suposta dicotomia sobre a formação do professor nem sempre levar em consideração a do pesquisador. A legislação (CNE N. 02/2015, CNE/CES 492/2001, CNE/CES 1363/2001) em vigor salienta que é necessário formar docentes, em Ciências Sociais, para a educação básica e superior, o que exige tanto o conhecimento dos sistemas escolar e educacional brasileiro, em seus diferentes níveis de escolarização e também em outros espaços educacionais.

Os saberes disciplinares são recortes de uma mesma área e, guardam, portanto, relações entre si. Da mesma forma, as áreas, tomadas em conjunto, devem também remeter-se umas às outras, superando a fragmentação e apontando a construção integral do currículo. Daí se conclui que a formação docente para o ensino médio deve envolver a compreensão e domínio geral dos conteúdos relativos às áreas específicas de formação, mas também desenvolver a capacidade, as habilidades e as competências de articulação do conhecimento na dimensão pedagógica.

O ofício de cientistas sociais

As três áreas específicas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) apresentam não apenas objetos e realidades de pesquisa distintas, mas também formas diversas de observação e investigação.

A Antropologia é uma ciência que estuda a cultura em suas variadas formas e tem a alteridade como enfoque para conhecer os diferentes aspectos e dimensões da experiência humana. Entendendo que todas as sociedades produzem formas culturais que são diferentes, mas que também possuem semelhanças, profissionais de Antropologia contribuem para o entendimento das múltiplas formas de viver, de se organizar e de relacionar que envolvem os seres humanos.

A Antropologia, por meio de metodologia que lhe é particular – a observação participante – permite ao pesquisador se familiarizar com o que é, em princípio, estranho, e estranhar o que é, em princípio, familiar. Este processo permite a aproximação da cultura do “outro” e o distanciamento da cultura do “eu”, possibilitando o diálogo entre realidades diferentes. Além disso, este processo possibilita a identificação com o outro e a crítica da sociedade do pesquisador, o que pode ser, em última instância, uma forma de propor mudanças ou pelo menos outras vias de acesso para pensar os problemas, dilemas e "verdades" da humanidade.

A Ciência Política pode ser definida como a ciência que estuda as relações de poder nas sociedades em suas várias configurações e referenciadas tanto no âmbito do Estado quanto no da sociedade civil. A perspectiva “realista” assumida pela Ciência Política implica em assumir o fenômeno do poder como intrínseco às formações sociais. Isto significa que, antes de analisar o poder como fenômeno “negativo”, trata-se de compreendê-lo como produto da própria vida social relacionado à questão da constituição de regras e de instituições que estabeleçam uma determinada ordem social e, portanto, uma determinada configuração de poder.

Para tanto, a Ciência Política frequentemente lança mão dos recursos dos métodos históricos e comparativos, assim como o das chamadas ciências empíricas através dos métodos estatísticos. Neste aspecto, busca-se compreender as regularidades e variações decorrentes de determinados padrões de comportamento político inseridos em determinados arranjos institucionais. Por outro lado, no campo da teoria política e do pensamento

político, a área que se ocupa de teorizações de caráter normativo compreendendo historicamente o patrimônio intelectual universal e brasileiro considerado decisivo na configuração do mundo político contemporâneo. Tais teorias foram aquelas que buscaram a solução para os dilemas da justiça e da “ótima República”, importantes em si mesmas e porque inspiraram atores políticos em diferentes momentos históricos.

A outra área das Ciências Sociais, a Sociologia pode ser definida como um conjunto de operações voltado para explicar, compreender e revelar as configurações da vida social a que nos encontramos ligados, nos aspectos universais e particulares, abrangentes ou singulares, múltiplos ou únicos. Assim, ela busca investigar, compreender, analisar e explicar a vida e as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si no seio das mais diferentes formas de organização social e cultural, constituídas ao longo da história humana.

Nesse sentido, é uma forma de conhecimento que apreende criticamente as especificidades e generalidades da realidade social e dos sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos que abrangem as mais diversas formas de manifestações e organizações sociais. O objeto desta área do saber, no sentido universal, é a apreensão das mais variadas formas com as quais surge e se repõe os modos de viver a vida, tracejados no conjunto de interações sociais a que estamos submetidos, transpassando os processos e as estruturas sociais.

Enquanto gênese do conhecimento sociológico, sociólogos e as sociólogas lidam e articulam um repertório cognitivo coletivo, daquilo que é conhecimento possível enquanto produção social e prática social de indivíduos e grupos de um determinado tempo e espaço, incluindo a si mesmos. Portanto, é uma área do saber que leva em consideração o pressuposto de que sujeito e objeto de conhecimento se interpenetram numa síntese reflexiva. Assim, o conhecimento sociológico se encontra influenciado pelas práticas sociais às quais o sociólogo e a socióloga se encontra ligado a partir de sua própria gênese enquanto um sujeito agente, desde o momento em que localiza acontecimentos e processos significativos de serem conhecidos, e os modula a partir da hierarquia de seus interesses de conhecimento, o que não deixa de estar contido no tecido de relações, vivências e memórias que configuram sua situação existencial.

A característica marcante da Sociologia consiste no seu conhecimento situacional, em que a reflexão sobre determinadas configurações da vida social surge no interior destas formas, por aqueles que, direta ou indiretamente, as vivenciam, num jogo de aproximação e de estranhamento. Enquanto controle de abstração, a Sociologia se constrói a partir de um tipo de reflexão muito próximo à realidade histórica e social, conhecimento criado para pensar estas realidades e os seus problemas determinados, numa rejeição aos ideais de abstração generalizante a - históricos, que tendem a simplificar as configurações complexas da vida social, perdendo-as num pensamento afastado do mundo da vida.

Esta característica refunda a ideia de objetividade científica, pois a Sociologia, nestes termos, permite-nos pensar na distribuição social do conhecimento (condicionada por grupos, classes e interesses) tendendo a superar as formas parciais com que estes transitam na repartição do conhecimento socialmente produzido, incluindo o(a) próprio(a) sociólogo(a). Esta nova forma de objetividade desvela a relação entre conhecimento e interesse, permitindo o controle crítico dos móveis cotidianos que orientam os interesses do conhecer, possibilitando a realização do pensamento autônomo, crítico e reflexivo.

Resumidamente, a Antropologia se dedica aos aspectos identitários de constituição dos grupos sociais, a Ciência Política às formas de organização e representação dos diferentes grupos sociais e a Sociologia à compreensão da constituição e funcionamento dos grupos sociais na organização da sociedade. Compreender a organização e o funcionamento do social, por meio das relações entre os grupos, é o intento das Ciências Sociais. Apesar de possibilitarem especificidades em seus métodos e objetos, a concepção primordial do curso de Ciências Sociais da UNIFAL-MG, é a de que, apesar das necessidades acadêmico-científicas de delimitação em disciplinas ou áreas do conhecimento, há correlação entre essas áreas. Bourdieu (2007, p. 111) destaca serem as tentativas de “divisão” inerentes ao campo científico, em busca de legitimidade. Porém, cabe ao/à cientista social analisar em qualquer momento a relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática, pois esta não segue qualquer classificação específica de funcionamento, apesar de serem, como tratativas imaginárias, necessárias às Ciências Sociais pois estas

só podem conhecer por meio da classificação, da categorização dos grupos, de suas representações, instituições, identidades etc. Portanto, a formação do(a) cientista social no curso é caracterizada pela indissociabilidade, para a investigação e o entendimento do social, entre as três áreas específicas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Para o professor a ser formado, além deste aspecto, há toda a caracterização da formação de um professor, pois nas Ciências Sociais é proporcionado ao discente, por meio dos estudos e investigações antropológicas, políticas e sociológicas: autonomia intelectual, capacidade analítica e crítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social. O professor-pesquisador de Ciências Sociais pode atuar, legalmente autorizado, como professor do ensino médio, sendo permitida, em casos de necessidades específicas dos demais níveis, atuação no ensino fundamental e no ensino superior, além da educação de jovens e adultos. Além das atividades do magistério, também podem atuar como assessores, consultores e elaboradores de projetos sociais e políticas públicas. Os profissionais das Ciências Sociais compõem quadros de assessoria de ONGs, sindicatos e movimentos sociais.

6. Fundamentação Legal

Este Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura tem como principais fundamentos legais a

1. Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB), a Resolução CNE/CES 03/2007 (que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula);
2. Diretrizes para os Cursos de Ciências Sociais Resolução CNE/CES n. 17 de 13 de março de 2002;
3. Parecer CNE/CES 492/2001;
4. Parecer CNE/CES 1363/2001;

5. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB 4/2010);
6. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (*) (**) Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.
7. Resolução CNE/CP 02/2015 (e suas Resoluções correlatas), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior de profissionais do Magistério para a Educação Básica (DCN);
8. Resolução CNE/CP n. 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004: que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
9. Lei n. 9795 DE 27 DE ABRIL DE 1999: que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências;
10. Resolução CNE/CP N. 2 DE 15 DE JUNHO DE 2012: que estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
11. Lei n. 11645 DE 10 DE MARÇO DE 2008: que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
12. Resolução CNE/CP N. 1 DE 30 DE MAIO DE 2012: que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
13. Parecer CNE/CP N. 9 DE 30 DE SETEMBRO DE 2003: que propõe a formulação de orientações aos sistemas de ensino a respeito da prevenção ao uso e abuso de drogas pelos alunos de todos os graus de ensino;
14. Lei 13.005/2014: que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
15. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

No âmbito da UNIFAL-MG, foram consideradas as seguintes regulamentações:

1. Resolução CEPE 015/2016: que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UNIFAL-MG;
2. Resolução Consuni/UNIFAL-MG 10/2016: que aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL-MG e dá outras providências;
3. Resolução Prograd 066/2017: que dispõe sobre as Diretrizes de Gestão dos Projetos Pedagógicos Institucionais;
4. Resolução Prograd 03/2017: que Regulamenta os Estágios Obrigatórios dos Cursos de Licenciatura;
5. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIFAL-MG (Resolução n. 100/2015 do Consuni-UNIFAL-MG)

7. Linhas de Formação: Habilitações e Ênfases

O Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG não possui habilidades ou ênfases.

8. Perfil do egresso

A licenciada ou o licenciado em Ciências Sociais estará habilitado a:

1. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
2. Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade adequada;
3. Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

4. Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
5. Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
6. Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
7. Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
8. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
9. Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
10. Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
11. Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
12. Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

13. Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.
14. Atuar com excelência em espaços educacionais, na pesquisa social, em políticas públicas e em organizações públicas ou privadas;
15. Atuar na pesquisa social básica estando apto a dar continuidade com qualidade em seus estudos em nível de pós-graduação, especialmente nas áreas das Ciências Humanas.

8.1. Competências e habilidades

Em conformidade com a Resolução CNE/CP 02/2015, através dos Núcleos de Formação Geral, Aprofundamento e diversificação de estudos e de Estudos integradores, mais especificamente, de Formação na interface entre Ciências Sociais e educação, Formação específica em Ciências Sociais, da extensão universitária e das atividades complementares de interesse específico da/do estudante, ao longo do curso, a/o Licenciando deverá desenvolver as competências e habilidades de:

1. Dominar as teorias e métodos das Ciências Sociais em suas diferentes especialidades, através das contribuições da Antropologia, da Ciência Política e Sociologia, que lhe permita propor e executar atividades de ensino, extensão e pesquisa ou continuar sua formação em níveis mais avançados;
2. Dominar os métodos e as técnicas em pesquisa social;
3. Compreender ampla e consistentemente os fenômenos sociais e a prática educativa, incluindo o planejamento, condução e avaliação de situações de aprendizagem nos diferentes espaços educacionais;
4. Articular as teorias e a prática pedagógica na produção do conhecimento e no ensino escolar;
5. Entender a prática pedagógica e profissional como um processo de formação e aperfeiçoamento contínuos, necessitando, para isto, de análise e avaliação críticas do próprio trabalho, bem como de busca

constante por aprimoramento pessoal e atualização profissional, nos âmbitos físico, social, pedagógico e técnico.

6. Entender o processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seus contextos social e cultural;
7. Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
8. Compreender e valorizar as diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas bem como sua função na produção do conhecimento;
9. Atuar com pessoas com deficiência e nas práticas de educação inclusiva, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania;
10. Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
11. Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
12. Atuar com ética profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
13. Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola, incluindo aqui a articulação do ensino de Ciências Sociais com outras áreas e outros campos do saber, envolvendo outros profissionais, bem como famílias, comunidade e estudantes, quando apropriado;
14. Elaborar o projeto pedagógico, sintetizando as atividades de ensino, administração e gestão escolar, caracterizadas por categorias comuns como planejamento, organização, coordenação e avaliação e por valores comuns, como solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;
15. Atuar, quando necessário, em equipes multi e interdisciplinares, de composições distintas e com pessoas de origens e *backgrounds*

distintos, compreendendo a importância deste tipo de abordagem no ensino de diversas temáticas atuais, bem como sua importância para a sociedade contemporânea como um todo;

16. Ser flexível no uso dos recursos disponíveis à docência, sendo capaz de trabalhar tanto com recursos tecnológicos da informação e da comunicação nas práticas educativas, quanto com materiais de baixo custo e facilmente disponíveis;
17. Atuar com respeito aos direitos humanos e às diferenças de gênero, orientação sexual, étnico-raciais, religião, capacidades físicas e cognitivas, culturais, de geração, entre outras, contribuindo para o aumento do respeito às diferenças na sociedade. Particularmente, no âmbito do ensino, contribuir para desmistificar supostos embasamentos científicos de diversas práticas e formas de discriminação;
18. Esclarecer questões sobre direitos sociais no contexto de ensino;
19. Exercer a docência de maneira empática, local/regionalmente contextualizada e envolvendo o aluno no processo educacional;
20. Capacidade de articular conteúdos e aspectos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
21. Integrar equipes de políticas e programas sociais e educacionais em organizações públicas e privadas;
22. Pautar sua conduta profissional por princípios de ética democrática, responsabilidade social e ambiental, dignidade humana, direito à vida, justiça, respeito mútuo, participação, diálogo e solidariedade.

8.2. Área de atuação

Quem se forma na Licenciatura em Ciências Sociais na UNIFAL-MG poderá atuar nas seguintes áreas:

1. Ensino de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) na educação básica, especialmente, no ensino médio, bem como em espaços educacionais não formais;
2. Educação formal e não formal, em outras disciplinas, áreas e componentes curriculares, relacionadas às competências das Ciências Humanas, de acordo com a legislação vigente;
3. Docência e atividade técnica em instituições de educação básica e superior, bem como da educação profissional, técnica e tecnológica, realizando assessoria, ensino, extensão e pesquisa, nas interfaces entre Ciências Sociais e educação;
4. Assessoria em políticas públicas e projetos e programas de organizações públicas e privadas, com destaque para as interfaces entre Ciências Sociais e educação.

III. Organização Curricular

9. Organização dos eixos, módulos, núcleos, disciplinas, prazos e carga horária de integralização

O curso terá um total de **3200 (três mil e duzentas) horas** de efetivo trabalho acadêmico, compreendendo:

1. **2200 (duas mil e quatrocentas e sessenta) horas** dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do Art. 12º da DCN (Resolução CNE/CP 02/2015), denominados como **Núcleo I: Estudos de formação geral** e **Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos**. Sendo que:
 - 1.1 **1880 (mil oitocentos e oitenta) horas** dedicadas às atividades da Formação na interface entre Ciências Sociais e Educação e da Formação específica em Ciências Sociais;
 - 1.2 **320 (trezentas e vinte horas)** dedicadas à Extensão, mais precisamente, em Programas e Projetos de Extensão Universitária, cumprindo os 10% da curricularização da extensão nos cursos de graduação, conforme o Plano Nacional de Educação e regulamentação própria da UNIFAL-MG;
2. **200 (duzentas) horas** dedicadas às Atividades Complementares (atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme definido no item 14.1 deste projeto e definido nos incisos III do Art. 12º da DCN (Resolução CNE/CP 02/2015)), denominados como **Núcleo III – Estudos Integradores - Atividades Complementares**.
3. **400 (quatrocentas) horas** de Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo, conforme definido no item 14.2 deste projeto e definido no inciso I do Art. 13º da DCN (Resolução CNE/CP 02/2015), denominado como **Núcleo IV – Prática como componente curricular**

4. **400 (quatrocentas) horas** dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, conforme definido no item 14.4 deste projeto e definido no inciso II do Art. 13º da DCN (Resolução CNE/CP 02/2015), denominado como **Núcleo V – Estágio Supervisionado**

Na tabela a seguir, detalha-se a estrutura curricular; composta por tipos de atividades formativas, em seus núcleos; a caracterização das atividades e suas cargas horárias por dimensão, a saber: a) Formação na interface entre Ciências Sociais e educação e b) formação específica em Ciências Sociais, de acordo com o parágrafo 5* do artigo 13 das DCN (Resolução CNE N. 2/2015), que afirma que a carga horária das dimensões pedagógicas (Formação na interface entre Ciências Sociais e educação) não poderá ser inferior à quinta parte da carga horária total do curso. Além disso, a tabela apresenta a carga horária subtotal e a carga horária por tipo de atividade e a carga horária total do curso, conforme descrito acima.

Tabela 1: Estrutura curricular - Ciências Sociais - Licenciatura

Estrutura Curricular				
Tipos de atividades formativas	Caracterização	CH por dimensão	CH subtotal	CH total por tipo
Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Formação na interface entre Ciências Sociais e Educação	690	1770	2200
	Formação específica em Ciências Sociais	1080		
	Trabalho de Conclusão de Curso		110	
	Extensão		320	
Núcleo III: Estudos integradores	Atividades complementares de interesse específico da/do estudante			200
Núcleo IV: Prática como componente curricular	Prática como componente curricular			400

Núcleo V: Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	400
Carga horária total do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura		3200

O curso está organizado, com no mínimo, quatro anos de integralização e máximo de 6 anos. As aulas são realizadas conforme calendário acadêmico, no período noturno, sendo que as atividades de trabalho de campo, visitas técnicas, viagens de graduação, estudos integradores (atividades complementares), prática como componente curricular, pesquisa e extensão podem ocorrer no período integral e aos sábados e domingos a depender da necessidade pedagógica e técnica da atividade. Os estágios supervisionados também não se restringem ao período da noite, já que poucas são as turmas de ensino médio das escolas de Alfenas-MG que funcionam no período da noite e, quando existem, ocorrem em horários de outras disciplinas obrigatórias e eletivas ao curso.

Tabela 2: Detalhamento curricular - Ciências Sociais - Licenciatura

Detalhamento Curricular			
Tipos de atividades formativas	Componentes Curriculares e a respectiva CH	CH subtotal	CH total por tipo
Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Formação na interface entre Ciências Sociais e Educação Ensino de Ciências Sociais I (30h) Política Educacional Brasileira (30h) Fundamentos da Educação Inclusiva I (30h) Fundamentos da Educação Inclusiva II (30h) Libras (30h) Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (60h) Didática (60h) Ensino de Ciências Sociais II (45h) Educação Ambiental (30h) Psicologia da Educação (60h) Antropologia e Educação (60h) Ensino de Ciências Sociais III (45h) Relações Étnico-raciais e Educação (60h) Sociologia da Educação (60h) Gestão Educacional (60h)	690	2200
	Formação específica em Ciências Sociais Antropologia I (60h) Ciência Política I (60h) Sociologia I (60h) Introdução à Pesquisa Social (60h/30h) Antropologia II (60h) Ciência Política II (60h) Sociologia II (60h) Epistemologia (60h) Antropologia III (60h) Ciência Política III (60h) Sociologia III (60h) Metodologia Quantitativa (30h/15h) Metodologia Qualitativa (30h/15h)	1080	

	Antropologia IV (60h) Ciência Política IV (60h) Sociologia IV (60h) Eletiva ou optativa (60h)* Eletiva ou optativa (60h)*		
	TCC (110h)	110	
	Extensão	320	
Núcleo III: Estudos integradores	Atividades complementares de interesse específico da/do estudante		200
Núcleo IV: Prática como componente curricular	Práticas em Educação I (45) Política Educacional Brasileira (30h) Prática em Educação II (45h) Prática em Educação III (45h) Fundamentos da Educação Inclusiva I (30h) Prática em Educação IV (45h) Fundamentos da Educação Inclusiva II (30h) Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (30h) Didática (30h) Ensino de Ciências Sociais II (30h) Ensino de Ciências Sociais III (30h) TCC (10h)		400
Núcleo V: Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado I (100h) Estágio Supervisionado II (100h) Estágio Supervisionado III (100h) Estágio Supervisionado IV (100h)		400
Carga horária total do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura			3200

**Alterado pela Resolução nº 017/2020.*

10. Condição de migração e adaptação curricular

Não haverá migração de ingressantes de anos anteriores para este novo currículo que será direcionado apenas para os alunos ingressantes a partir de 2020/1. Assim, não haverá necessidade de adaptação curricular. Majoritariamente, houve apenas extinção e criação de disciplinas. [Aos\(as\) estudantes que ingressaram em períodos anteriores, ainda com projeto pedagógico vigente, será garantida a conclusão do curso por meio da oferta de disciplinas ou equivalência entre disciplinas \(Alterado pela Resolução nº 017/2020\).](#) Em poucos casos houve modificações na estrutura das disciplinas vigentes.

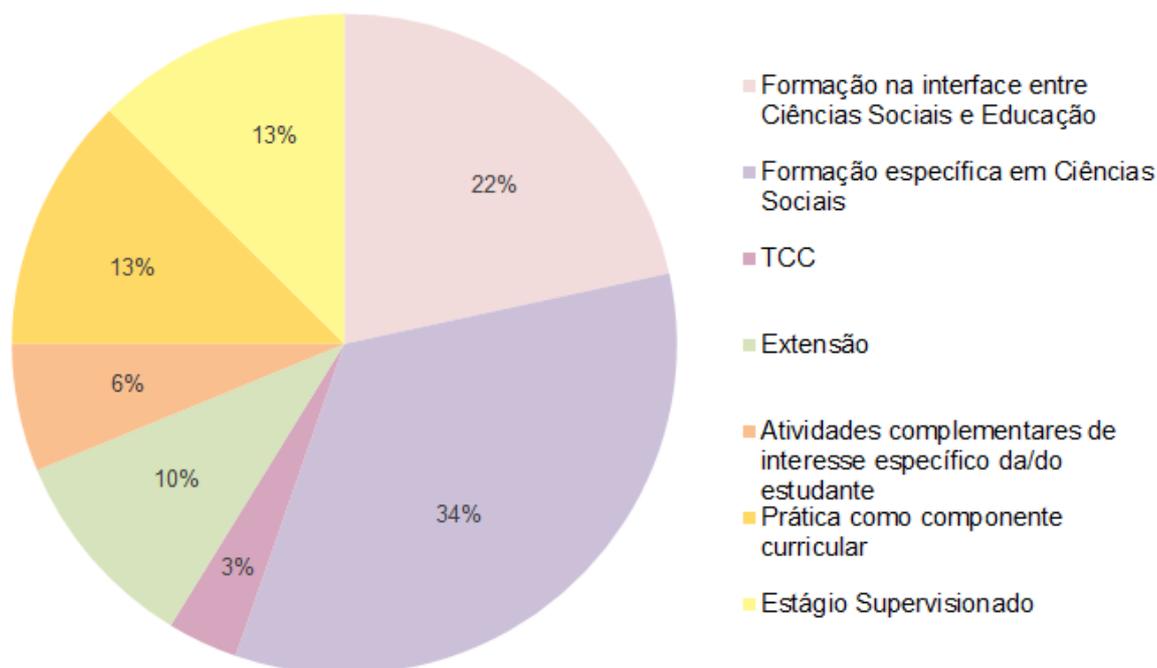
11. Perfil Gráfico do Curso

Tabela 3: Carga horária por componente curricular - Ciências Sociais - Licenciatura

Núcleos de atividades formativas	Componentes Curriculares	CH	%
Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Formação na interface entre Ciências Sociais e Educação	690	22%
	Formação específica em Ciências Sociais	1080	34%
	TCC	110	3%
	Extensão	320	10%
Núcleo III: Estudos integradores	Atividades complementares de interesse específico da/do estudante	200	6%
Núcleo IV: Prática como componente curricular	Prática como componente curricular	400	13%
Núcleo V: Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	400	13%
Total		3200	100%

Figura 1: Distribuição da carga horária por componente curricular - Ciências Sociais - Licenciatura

Distribuição da Carga Horária por Componentes Curriculares



12. Dinâmica curricular

A dinâmica curricular para o curso de Ciências Sociais - Licenciatura a ser ofertada a partir do primeiro semestre de 2020 será apresentada.

Tabela 4: Componentes curriculares do primeiro semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

1º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Prática em Educação I			45		30		30	75
	Ensino de Ciências Sociais I	30						30	30
	Política Educacional Brasileira	30		30				30	60
	Antropologia I	60						60	60
	Ciência Política I	60						60	60
	Sociologia I	60						60	60
	CH total do semestre	240		75		30		270	345

Tabela 5: Componentes curriculares do segundo semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

2º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Prática em Educação II			45		30		30	75
	Introdução à Pesquisa Social	60	30					60	90
	Antropologia II	60						60	60
	Ciência Política II	60						60	60
	Sociologia II	60						60	60
	CH total do semestre	240	30	45		30			345

Tabela 6: Componentes curriculares do terceiro semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

3º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Prática em Educação III			45		30		30	75
	Fundamentos da Educação Inclusiva I	30		30				30	60
	Epistemologia	60						60	60
	Antropologia III	60						60	60
	Ciência Política III	60						60	60
	Sociologia III	60						60	60
	CH total do semestre	270		75		30			375

Tabela 7: Componentes curriculares do quarto semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

4º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total

	Prática em Educação IV			45		30		30	75
	Fundamentos da Educação Inclusiva II	30		30				30	60
	Metodologia Quantitativa	30	15					30	45
	Metodologia Qualitativa	30	15					30	45
	Antropologia IV	60						60	60
	Ciência Política IV	60						60	60
	Sociologia IV	60						60	60
	CH total do semestre	270	30	75		30			405

Tabela 8: Componentes curriculares do quinto semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

5º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Estágio Supervisionado I				100			30	100
	Libras	30						30	30
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60		30				60	90
	Didática	60		30				60	90
	Eletiva ou Optativa*	60						60	60
	CH total do semestre	210		60	100				370

*Alterado pela Resolução nº 017/2020.

Tabela 9: Componentes curriculares do sexto semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

6º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Estágio Supervisionado II				100			30	100
	Ensino de Ciências Sociais II	45		30				60	75
	Educação Ambiental	30						30	30
	Psicologia da Educação	60						60	60
	Antropologia e Educação	60						60	60
	CH total do semestre	195		30	100				325

Tabela 10: Componentes curriculares do sétimo semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

7º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Estágio Supervisionado III				100			30	100
	Ensino de Ciências Sociais III	45		30				60	75
	Relações Étnico-Raciais e Educação	60						60	60
	Sociologia da Educação	60						60	60
	CH total do semestre	165		30	100				295

Tabela 11: Componentes curriculares do oitavo semestre do curso - Ciências Sociais - Licenciatura

8º Semestre									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total
	Estágio Supervisionado IV				100			30	100
	Gestão Educacional	60						60	60
	TCC	110		10					120
	Eletiva	60						60	60
	CH total do semestre	230		10	100				340

Tabela 12: Carga horária do curso, conforme componentes curriculares dos oito semestres

Carga Horária do Curso									
Código	Atividade Formativa	Teórica	Prática	Prática como componente curricular	Estágio	Extensão	Atividade Complementar	Presencial	Total Geral
	CH disponível no curso	1820	60	400	400	120			
	CH total a ser realizada	1820	60	400	400	320*	200		3200

*Além das 120 horas de Extensão articuladas às disciplinas de Práticas em Educação I, II, III e IV, o discente terá que cumprir 200 horas em outros programas e projetos de Extensão.

13. Ementário

1º Semestre

Práticas em Educação I (45h - Prática como componente curricular + 30h Extensão)

Currículo e ensino escolar. Tema, teoria e conceito. Exercícios de transposição didática e elaboração de programa de ensino, plano de aula e sequência didática. Extensão e integração com a rede pública de ensino.

Ensino de Ciências Sociais I (30h - Teórica)

História do Ensino de Ciências Sociais. Currículo e Ciências Sociais. Antropologia, Ciência Política e Sociologia no ensino escolar. Livro Didático.

Política Educacional Brasileira (30h - Teórica + 30h Prática como componente curricular)

As políticas educacionais no contexto das políticas públicas. Peculiaridades da organização escolar brasileira e os contextos internacionais. Legislação, estrutura e funcionamento da educação básica.

Antropologia I (60h - Teórica)

A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo no contexto histórico-social da modernidade ocidental. Conceitos fundamentais: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Os modelos binários de compreensão da realidade social: natureza e cultura, indivíduo e sociedade, agência e estrutura, individualismo e holismo. Estudos contemporâneos no campo da Antropologia e seus impactos na Antropologia brasileira: multiculturalismo, diversidades, identidade, relações de gênero, relações étnico-raciais, direitos humanos, ambientes, territorialidades e religiosidades. O campo de trabalho da antropóloga e do antropólogo.

Ciência Política I (60h - Teórica)

Teoria política. Poder, legitimidade e autoridade. Realismo político. Contratualismo. Organização do Estado e Representação. O campo de trabalho da cientista política e do cientista político.

Sociologia I (60h - Teórica)

Sociologia e senso comum. A formação do mundo moderno e a emergência do pensamento sociológico na modernidade. O positivismo francês e a Sociologia de Émile Durkheim; A Sociologia compreensiva de Max Weber; O materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels. O campo de trabalho da socióloga e do sociólogo.

2º Semestre

Práticas em Educação II (45h - Prática como componente curricular + 30h Extensão)

Linguagens e ensino escolar. Leitura, análise de textos, escrita e redação. Mídia e educação, tecnologias analógicas e tecnologias digitais na educação básica. Elaboração de proposta pedagógica com leitura e escrita. Produção de materiais audiovisuais. Extensão e integração com a rede pública de ensino.

Introdução à Pesquisa Social (60h - Teórica + 30h Prática)

A pesquisa social na academia, no mercado e na administração pública. A relação entre teoria, metodologia e empiria. Tipos de pesquisa: exploratória, descritiva, explicativa. Pesquisa social. Dados primários e dados secundários. O papel do projeto de pesquisa: método, problema e revisão de literatura. Ética em pesquisa. Formas de registro dos resultados da pesquisa social: relatórios, artigos, monografias, dissertações e teses. Normas ABNT.

Antropologia II (60h - Teórica)

Do Evolucionismo social ao Culturalismo norte-americano. Cultura e personalidade; Antropologia e hermenêutica; a crítica pós-moderna; Antropologia e os desafios urbanos. Diálogos e repercussões na Antropologia brasileira.

Ciência Política II (60h - Teórica)

Democracia para os antigos. Elitismo democrático. Modernização e Democracia. Teoria econômica da democracia. Pluralismo democrático. Democracia Representativa. Democracia Deliberativa. Democracia participativa. Democracia e cultura política.

Sociologia II (60h - Teórica)

Estrutural Funcionalismo na Sociologia. A tradição racional-utilitarista. Interacionismo Simbólico. Etnometodologia.

3º Semestre

Práticas em Educação III (45h Prática como componente curricular + 30h Extensão)

Cotidiano e ensino escolar. Análise de dados e aproximações do cotidiano das/dos estudantes da educação básica. Produção de exposições e instalações e atividades extraclasse. Elaboração de roteiro de visitas e viagens escolares. Extensão e integração com a rede pública de ensino.

Fundamentos da Educação Inclusiva I (30h - Teórica + 30h - Prática como componente curricular)

Fundamentos sociológicos sobre os processos de inclusão. O impacto dos atuais modelos de inclusão na educação escolar. Métodos e procedimentos da educação inclusiva. Libras.

Epistemologia (60h - Teórica)

A multiplicidade das formas de conhecimento. Diferenças e crítica das hierarquias dos conhecimentos. O debate sobre a origem, possibilidades e limites do conhecimento científico. Os cortes e as rupturas epistemológicas. Epistemologias das ciências. Epistemologias das Ciências Sociais: a relação sujeito objeto e as abordagens clássicas e contemporâneas.

Antropologia III (60h - Teórica)

Antropologia Social Britânica: teorias clássicas e modernas. O projeto etnográfico. As dimensões simbólicas do social e do ritual e suas expressões na Antropologia brasileira.

Ciência Política III (60h - Teórica)

Centralismo e federalismo político no Brasil. Corporativismo e cidadania regulada. Populismo: dinâmica, conceito e significados. As razões do golpe de 64: análises societárias e institucionais. Autoritarismo e Transição Democrática no Brasil.

Sociologia III (60h - Teórica)

Agência e estrutura. Poder e discurso na teoria social. Teoria crítica. A crise da modernidade.

4º Semestre

Práticas em Educação IV (45h - Prática como componente curricular + 30h Extensão)

Pesquisa e ensino escolar. Trabalho de campo, etnografia, análise de gráficos, estatística, dados qualitativos e quantitativos. Elaboração de propostas pedagógicas de pesquisa escolar. Elaboração de avaliações individuais e coletivas para o contexto escolar. Extensão e integração com a rede pública de ensino.

Fundamentos da Educação Inclusiva II (30h - Teórica + 30h Prática como componente curricular)

Escola, ambiente familiar e educação inclusiva. Métodos e procedimentos da educação inclusiva. Libras.

Metodologia Qualitativa (30h - Teórica + 15h - Prática)

A natureza da abordagem qualitativa: percepções, discursos, motivações. Planejamento de pesquisa. Técnicas de coleta para dados verbais e multifocais: observação, entrevistas, narrativas, história oral, grupos focais,

materiais audiovisuais (documentos, fotografia, filme e vídeo). Produção do relatório final: normas e formas de análise.

Metodologia Quantitativa (30h - Teórica + 15h - Prática)

A abordagem quantitativa: características, vantagens e desvantagens. Operacionalização de conceitos. Planejamento de pesquisa. Bancos de dados. Pesquisa de *survey*. Construção de questionários auto aplicados e por entrevistas. Pré-teste. Coleta de dados: tipos de variáveis e escalas de mensuração, censo e amostra. Validação da amostra. Análise descritiva: tabelas e gráficos. Estatísticas descritivas: medidas de tendência central, de variabilidade e de posição.

Antropologia IV (60h - Teórica)

Etnografia, Etnologia e Antropologia. Estruturalismo e pós-estruturalismo. Perspectivismo. O pensamento antropológico brasileiro e francês em diálogo.

Ciência Política IV (60h - Teórica)

Sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Sistemas de Governo. Organização do Estado. Instituições políticas em perspectiva comparada. Organização Legislativa. Modelos de explicação do voto. Relação Executivo/Legislativo. Instituições políticas no Brasil contemporâneo. Presidencialismo de coalizão. Crises Políticas. Reforma política.

Sociologia IV (60h - Teórica)

A formação da Sociologia no Brasil e os intérpretes da realidade brasileira. Capitalismo tardio e o debate sobre a modernidade brasileira. A Sociologia crítica e a sociedade de classes no Brasil. Nação, cidadania, direitos e relações étnico-raciais.

5º Semestre

Estágio Supervisionado I (100h)

Realidade escolar. Planejamento, pesquisa e observação do espaço escolar. Estrutura e funcionamento da escola.

Libras (30h - Teórica)

Bases Linguísticas de LIBRAS –Analisa as bases da LIBRAS do ponto de vista linguístico: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Enfoca a questão da Língua Natural. Apresenta o sistema de transcrição e tradução de sinais. Propõe vivências práticas para a aprendizagem da LIBRAS. Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do Bilinguismo.

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (60h - Teórica + 30h - Prática como componente curricular)

Fundamentos e aspectos históricos da Educação. Fundamentos e aspectos filosóficos da Educação. História da Educação no Brasil. Filosofia da Educação no Brasil. As relações de gênero e etnia no processo de escolarização no Brasil.

Didática (60h - Teórica + 30h - Prática como componente curricular)

Princípios paradigmáticos da didática. O ensino e a aprendizagem como objeto da didática. A organização curricular do ensino. A relação professor-aluno, o tempo e o espaço da sala de aula. Avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem.

6º Semestre

Estágio Supervisionado II (100h)

Sujeitos da educação. Planejamento, pesquisa e observação da condição docente no ambiente escolar. Equipe escolar. Relações entre os docentes e discentes. Desenvolvimento de coparticipação na sala de aula.

Ensino de Ciências Sociais II (45h - Teórica + 30h - Prática como componente curricular)

Tecnologias educacionais e estratégias didático-pedagógicas para o Ensino de Ciências Sociais no ensino fundamental, no ensino médio, na educação de jovens e adultos e na educação não-formal.

Educação Ambiental (30h - Teórica)

Educação Ambiental como política pública e projetos de responsabilidade socioambiental. Limites e possibilidades do processo educativo frente às questões socioambientais. Tendências e perspectivas para educação ambiental em diferentes contextos socioeducativos. As dimensões do trabalho educativo com a temática ambiental. O etnoconhecimento como ferramenta para a Educação Ambiental e o resgate de culturas tradicionais.

Psicologia da Educação (60h - Teórica) Psicologia e Educação em sua historicidade. Processos de desenvolvimento psicológico: teorias ambientalistas, interacionistas e sócio-históricas. Processos psicológicos e fracasso escolar: teorias explicativas e a atuação do professor. A queixa escolar e as possibilidades de superação. Psicologia, processos educativos e diversidade.

Antropologia e Educação (60h - Teórica)

Antropologia no contexto das Ciências Sociais. Natureza e cultura. O conceito de cultura e a educação. Noções fundamentais da Antropologia Cultural e a sua relação com o processo educativo nas diferentes culturas. Dinâmica cultural das sociedades complexas. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil.

7º Semestre

Estágio Supervisionado III (100h)

Coparticipação e aplicação de metodologias do Ensino de Ciências Sociais na educação básica, por meio de regência. Elaboração e aplicação de sequência didática em sala de aula. Análise de livros e materiais didáticos.

Ensino de Ciências Sociais III (45h - Teórica + 30h - Prática como componente curricular)

Tópicos clássicos e contemporâneos do ensino de Ciências Sociais na educação básica. Interdisciplinaridade. Avaliação escolar no Ensino de Ciências Sociais. Elaboração de programa de ensino para ano letivo.

Relações Étnico-raciais e Educação (60h - Teórica)

História e Cultura da África, História e Cultura Afro-brasileira, relações étnico-raciais e combate ao racismo.

Sociologia da Educação (60h - Teórica)

Abordagem das diferentes correntes sociológicas e seus pressupostos para a compreensão da relação entre sociedade, educação e escola. Função social da educação e da escola. Temas clássicos e contemporâneos da Sociologia da educação. O campo da Sociologia da educação no Brasil.

8º Semestre

TCC (120h)

Elaboração de proposta pedagógica relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso na interface entre Ciências Sociais e educação.

Estágio Supervisionado IV (100h)

Aplicação de metodologias do Ensino de Ciências Sociais na educação básica, por meio de regência. Elaboração e aplicação de sequências didáticas em sala de aula. Práticas de interdisciplinaridade e avaliação escolar.

Gestão Educacional (60h - Teórica)

Organização da administração escolar no Brasil. Gestão escolar, coordenação e trabalho coletivo. Princípios da gestão democrática. A construção do Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais. Processos de avaliação de sistemas e unidades escolares.

Disciplinas Eletivas

Antropologia Urbana (60h - Teórica)

Ementa: Análise de relatos etnográficos e estudos que enfoquem a construção de identidade, os estilos de vida e as relações de sociabilidade através de

discussões sobre grupos etários, relações de gênero, corporeidade, sexualidade, práticas esportivas e demais aspectos que compõem as sociedades complexas, urbanas, contemporâneas.

Antropologia da Política (60h - Teórica)

Ementa: O problema do poder na Antropologia: definições e abordagens. Simbolismo, ritualização e poder. As formas de organização política e de exercício do poder em sociedades sem Estado e com Estado. A política e o poder nas sociedades modernas e a questão dos Estados-nação. A política e o poder nas sociedades contemporâneas: as questões do multiculturalismo, da diversidade, da diferença e da desigualdade.

Análise de Políticas Públicas (60h - Teórica)

Definição de Políticas Públicas. Conceitos Relacionados a políticas públicas. O ciclo das políticas públicas (agenda política, formulação, implementação, monitoramento, avaliação e reformulação). A política pública como variável dependente e independente. Estudo de Políticas Públicas (cases).

Estudos Legislativos Subnacionais (60h - Teórica)

Conceitos de instituição. Neoinstitucionalismo histórico, sociológico e da escolha racional. Relação Executivo-Legislativo. Desenvolvimento institucional. Legislativos Subnacionais. Ultrapresidencialismo estadual. O Legislativo nos municípios. Indicadores, índices e variáveis mobilizados nos estudos legislativos.

Práticas de Socialização e Cultura (60h - Teórica)

Processos contemporâneos de socialização e práticas culturais. Mídia e Tecnologias da Informação e da Comunicação na educação. Marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, religião, relações étnico-raciais, classe social), cultura e cidadania. Prática de gestão em educação e cultura.

Karl Marx e as Ciências Sociais (60h - Teórica)

A formação do materialismo histórico e dialético; Estrutura e funcionamento da sociedade capitalista; A teoria da exploração do trabalho e a crítica à sociedade burguesa.

Émile Durkheim e as Ciências Sociais (60h - Teórica)

O contexto sócio-histórico de surgimento da Sociologia na França e o papel de Émile Durkheim. Principais temas analisados: as regras do método sociológico; a divisão social do trabalho; o papel da educação; o ser humano e a consciência coletiva. O pensamento sociológico-funcionalista e suas contribuições para o desenvolvimento da Sociologia

Max Weber e as Ciências Sociais (60h – Teórica)

Bases históricas e metodológicas da sociologia compreensiva de Max Weber, seus principais temas e conceitos

A Sociologia de Pierre Bourdieu (60h - Teórica)

O ofício das Ciências Sociais: método, teoria e implicações na construção do conhecimento. A construção metodológica para uma proposição de estudo da sociedade. A organização do espaço social: noção de campo e habitus. Reprodução social, distinção, gosto e estilo de classes.

Sociologia Organizacional (60h - Teórica)

Abordagens teóricas e metodológicas da Sociologia organizacional. O sociólogo e a socióloga nas organizações do governo, do mercado e da sociedade civil. Redes socioestatais e políticas públicas. Poder, cultura e burocracia. Cooperação, conflito e poder. Capital social e desigualdade. Solução de conflitos e processos de estruturação. Gênero, raça, meio ambiente e emoções.

Sociologia da Música (60h - Teórica)

Introdução à Sociologia da Música. Interface e ruptura com a Psicologia da Música. Interface e ruptura com a Estética da Música.

Labirintos do Fascismo (60h - Teórica)

A teia dos fascismos. Uma política sem economia. Convergências entre a direita radical e a esquerda radical. Racismo. Estética. Metamorfoses do fascismo.

Sociologia da Juventude e Movimento Estudantil

Categorias etárias. Condição juvenil. Sociologia da juventude contemporânea. Movimento estudantil. Organizações juvenis. Políticas sociais e juventude.

Sociologia do Trabalho (60h - Teórica)

Organização da produção capitalista e processo de trabalho: taylorismo, fordismo e toyotismo. A mundialização do capital, neoliberalismo, reestruturação produtiva. As metamorfoses do trabalho, estrutura e análises do mercado de trabalho no Brasil.

Sociologia da Cultura (60h – Teórica)

Teorias da relação entre cultura e sociedade. Práticas de educação e cultura. Diversidade cultural e cidadania. Tecnologias da comunicação e informação. Políticas públicas de cultura. Promoção de eventos culturais. Gestão de políticas culturais

Sociologia Ambiental (60h - Teórica)

A Sociologia contemporânea e a emergência da questão ambiental como problema sociológico. Crise ambiental, o modo de produção capitalista e as relações entre sociedade e natureza na contemporaneidade. Análise de impactos ambientais e projetos de responsabilidade socioambientais.

Poderão ser criadas outras disciplinas eletivas, de acordo com as necessidades apresentadas. Ressalta-se ainda que todas as disciplinas ofertadas pelos demais cursos da Instituição, sejam elas obrigatórias, eletivas ou optativas em suas dinâmicas curriculares, serão consideradas eletivas para o curso de Ciências Sociais - Licenciatura, desde que aprovadas pelo Colegiado e informado à Prograd para inserção na dinâmica curricular (*Alterado pela Resolução nº 017/2020).

14. Componentes Curriculares

14.1 Atividades complementares

O **Núcleo III - Estudos Integradores** é composto pelas **Atividades Complementares** de interesse da licencianda ou do licenciando, compreendendo um total de 200 (duzentas) horas. Diversas atividades desenvolvidas pelas e pelos estudantes, que se relacionam ao desenvolvimento do futuro profissional, da cultura e da cidadania, fazem parte da complementação de sua formação acadêmica. Entende-se que as atividades complementares devem propiciar à acadêmica e ao acadêmico a oportunidade de desenvolver a capacidade crítica e reflexiva, bem como o enriquecimento de sua formação, por meio de trocas de experiências e atividades práticas. Assim, em consonância com inciso III do Artigo 12 das (Resolução CNE N. 2/2015), o núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreende a participação em:

1. Seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria, tutoria e extensão;
2. Grupos de estudo, extensão e pesquisa;
3. Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
4. Atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social;
5. Mobilidade estudantil e intercâmbio;
6. Estudos dirigidos não vinculados às demais atividades formativas, orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
7. Disciplinas optativas, e carga horária de disciplinas eletivas cumpridas para além do mínimo necessário para integralização;
8. Participação em eventos culturais e acadêmicos certificados;
9. Estágios não obrigatórios;
10. Visitas técnicas;

11. Atividades de representação acadêmica discente em órgãos, colegiados e comissões administrativas da Universidade;
12. Atividades de representação artística e esportiva na Universidade;
13. Atividade de representação em conselhos de políticas públicas e colegiados de escola;
14. Publicações e outros produtos acadêmicos;
15. Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos;
16. Prestações de serviços registradas na Pró-Reitoria de Extensão;
17. Avaliação Institucional Discente;
18. Outras atividades aprovadas pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, conforme resolução específica.

A carga horária total das atividades complementares deverá ser concluída até o último semestre do curso. A ou o discente deverá entregar a sua documentação comprobatória, conforme calendário semestral aprovado pelo Colegiado do curso, em sintonia com o NDE. As atividades complementares serão regidas por regulamentação específica.

14.2 Prática como componente curricular

As atividades do **Núcleo IV – Prática como componente curricular** estão presentes, desde o primeiro período do curso, totalizando 400 horas. Como pode ser visto na tabela 13, apesar de distribuídas, ao longo do curso, a maior parte da carga horária está concentrada entre o primeiro e o sétimo período, visando que a licencianda ou o licenciando possa realizar as regências do último estágio já com significativa habilidade prática. Além disso, destaca-se que junto com o Trabalho de Conclusão de Curso, a estudante deverá elaborar uma atividade prática como componente curricular. Em síntese, a prática como componente curricular está concentrada na Formação na interface entre Ciências Sociais e educação.

Tabela 13: Prática como componente curricular: carga horária total por semestre

Prática como componente curricular		
Período	Componentes curriculares e carga horária da Prática como componente curricular	Carga horária total por semestre
1º Período	Práticas em Educação I (45h) Política Educacional Brasileira (30h)	75h
2º Período	Prática em Educação II (45h)	45h
3º Período	Prática em Educação III (45h) Fundamentos da Educação Inclusiva I (30h)	75h
4º Período	Prática em Educação IV (45h) Fundamentos da Educação Inclusiva II (30h)	75h
5º Período	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação (30h) Didática (30h)	60h
6º Período	Ensino de Ciências Sociais II (30h)	30h
7º Período	Ensino de Ciências Sociais III (30h)	30h
8º Período	TCC (10h)	10h
CH total		400h

A prática como componente curricular no Curso de Ciências Sociais – Licenciatura visa a articulação entre a teoria e a prática, no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A exemplo disso, nos quatro primeiros semestres a prática como componente curricular, visa devolver atividades pertinentes à educação contemporânea, bem como articular a integração com a educação básica em conjunto com a extensão. Busca-se ainda melhorar a futura prática de ensino na educação básica, por meio de uma formação que, desde a graduação valorize os usos competentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e também tecnologias de baixo curso. De modo geral, a prática está articulada na interseccionalidade dos campos do conhecimento em Ciências Sociais e educação, possibilitando uma melhor articulação da ética, estética e ludicidade.

14.3 Trabalho de Conclusão de Curso

Cumprindo com o inciso IX do Artigo 7 das DCNs (Resolução N. 2/2015), que demanda uma atividade formativa que seja capaz de contribuir para a sistematização e o registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento, o curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG optou-se pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tem por finalidade propiciar à licencianda ou ao licenciando:

1. a sistematização e o registro de sua formação inicial;
2. a inter-relação entre teoria e prática,
3. o estímulo à produção científica e à carreira docente;
4. o aprofundamento de um tema na interface entre Ciências Sociais e educação;
5. a formação interdisciplinar;
6. o desenvolvimento da capacidade científica, criativa, de autonomia crítica e reflexiva na área de interesse;
7. formação pedagógica e atuação profissional por meio do estágio e de outras experiências com ensino de Ciências Sociais e formação inicial de docentes e a interação entre o corpo docente e discente.

O TCC poderá ser desenvolvido nos formatos de monografia, portfólio, memorial ou proposta de ensino, preferencialmente, envolvendo experiências de estágio, ensino, extensão e pesquisa vividas ao longo da graduação. A Monografia deverá ser resultante de pesquisa científica, com pelo menos um capítulo em que o tema seja, necessariamente, relacionado a uma proposta didática para a educação básica e/ou à formação de professores e/ou ao ensino de Ciências Sociais.

Compreende-se o Memorial como um relato para sistematização analítica e crítica da trajetória pessoal e de formação docente do/a estudante, devendo envolver a narração de experiências de ensino vivenciadas em estágio e/ou outras situações embasadas pelos recursos teóricos apreendidos ao longo do curso de Ciências Sociais - Licenciatura. Por fim, a Proposta de Ensino é definida como a descrição detalhada e fundamentada de um programa de

ensino com planos de aulas para o ensino na educação básica ou na educação não formal. O TCC poderá estar vinculado às linhas de pesquisa implementadas pelos docentes do curso, bem como aos grupos de pesquisa e extensão a que estes estão integrados.

O TCC deverá ser apresentado a uma banca avaliadora até o último semestre do curso, em sessão pública, na forma oral, sendo possibilitada a utilização de recursos midiáticos e será regido por regulamentação específica.

14.4 Estágio obrigatório

O estágio obrigatório é um importante componente da matriz curricular do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG, porque busca articular as diferentes experiências práticas, teóricas e metodológicas com o exercício profissional docente. Em conformidade com as DCN (Resolução N. 2/2015), sua carga horária totaliza 400 (quatrocentas) horas igualmente distribuídas em quatro disciplinas: Estágio Supervisionado I, II, III, IV e será regido por regulamentação específica.

14.5 Estágio não-obrigatório

O estágio não-obrigatório corresponde às demais oportunidades de vivência profissional no campo de atuação das Ciências Sociais e da educação, facultadas às/aos estudantes do curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG. Será incentivado pelo coletivo do curso, na medida em que se constitui como importante instrumento de integração, treinamento e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e social. Porém, ocorrerá por livre iniciativa das/dos estudantes, podendo ser computado como atividade complementar.

Aquelas e aqueles que optarem por realizá-lo deverão encaminhar ao NDE do curso de Ciências Sociais - Licenciatura uma proposta com os dados de identificação do local e da supervisão do estágio e com um plano de atividades, que deve estar em consonância com os objetivos do curso e de seu campo de atuação. Um/a docente orientador/a do curso será designado/a para

acompanhar a realização do(s) estágio(s) não-obrigatório(s). O estágio não obrigatório será regido por regulamentação específica.

14.6 Extensão

Com base na Constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, a Política Nacional de Extensão de 2012, compreende-se a Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa, definido e efetivado em função das exigências da realidade social, indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Por meio da extensão, deve-se estimular a práxis do conhecimento, por meio de atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade. A participação da comunidade docente e discente do curso de Ciências Sociais – Licenciatura será estimulada e os discentes deverão realizar as atividades de extensão ao longo do curso.

A participação nas ações de extensão serão reconhecidas de duas maneiras: a) Programas e projetos de extensão universitária, registrados na Pró-reitoria de Extensão da UNIFAL-MG, correspondendo a, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, “orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, de acordo com a Meta 12 e a Estratégia 7 do Plano Nacional de Educação (2014) e b) como Atividades Complementares (eventos, cursos, prestações de serviços, publicações de extensão e outros produtos acadêmicos, conforme resolução da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL-MG, a Resolução CNE/CP 02/2015 e a Resolução específica de Atividades Complementares do Curso Ciências Sociais - Licenciatura.

Entende-se por *Programa de Extensão*: conjunto articulado de projetos e ações de médio e longo prazo, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional, se integre às linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas pela instituição, nos termos de seus projetos político-pedagógico e de desenvolvimento

institucional. Entende-se por *Projeto de Extensão*: ação formalizada, com objetivo específico e prazo determinado, visando resultado de mútuo interesse, para a sociedade e para a comunidade acadêmica. Entende-se por *Curso de Extensão*: ação que articula de maneira sistemática ensino e extensão, seja para formação continuada, aperfeiçoamento, especialização ou disseminação de conhecimentos, com carga horária e processo de avaliação formal definidos. Entende-se por *Evento*: ação de curta duração, sem caráter continuado e baseada em projeto específico. Entende-se por *Prestação de Serviços* a realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.) e se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem, realizados em conformidade às resoluções da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL-MG. Entende-se por *Publicações e Outros Produtos Acadêmicos*: livro; anais; capítulo de livro; artigo; comunicação; manual; jornal; revista; relatório técnico; produto audiovisual tais como: filme, vídeo, CD's, DVD's e outros; programa de rádio; programa de TV; aplicativo para computador; jogo interativo; produto artístico; protocolo assistencial; outros produzidos no âmbito das ações de extensão.

Na tabela 14, é possível observar a curricularização da extensão universitária articulada com a atividade formativa Prática em Educação, que se articulará com a prática como componente curricular. Essa carga horária destinada à curricularização da Extensão articulada às disciplinas Práticas em Educação I, II, III e IV deverão estar registradas como programas e projetos de Extensão. Espera-se com esta medida que a licencianda ou o licenciando possa, desde o primeiro semestre, realizar atividades de integração com a educação básica, promovendo e vivenciando a relação dialógica entre a universidade e a sociedade, mais especificamente, a educação básica.

Os programas ou projetos de extensão estarão articulados entre a Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão, conforme resoluções próprias da UNIFAL-MG.

Na tabela 14, apresenta-se a curricularização da extensão, por meio da articulação entre a atividade formativa Prática em Educação I, II, III e IV e os

Programas e projetos de extensão, delimitados à integração com a educação básica, mais precisamente, com as redes públicas de ensino.

Tabela 14: Curricularização da Extensão - carga horária total por semestre

Curricularização da Extensão			
Semestre	Atividade Formativa	Perfil dos programas e projetos de extensão	Carga horária por semestre
1º Semestre	Prática em Educação I	Integração com a educação básica - rede pública de ensino	30h
2º Semestre	Prática em Educação II	Integração com a educação básica - rede pública de ensino	30h
3º Semestre	Prática em Educação III	Integração com a educação básica - rede pública de ensino	30h
4º Semestre	Prática em Educação IV	Integração com a educação básica - rede pública de ensino	30h
Carga horária total			120h

Na tabela 15, detalha-se a distribuição da carga horária restante para realização de atividades de extensão, em programas e projetos, dentro **Núcleo I: Estudos de formação geral** e do **Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos**. Durante, os oito semestres do curso a estudante ou o estudante poderá eleger programas e projetos de extensão relacionados aos Núcleos I e II, garantindo-se assim a flexibilidade curricular, bem como a autonomia na construção do processo formativo. Dessa forma, tendo como base os princípios da extensão universitária e conforme o inciso II do artigo 5 e inciso II artigo 12 das DCNs (Resolução CNE N. 02/2015), espera-se formar a articulação entre teoria e prática, o domínio dos conhecimentos científicos e didáticos e dos aspectos éticos, estéticos e ludicidade no contexto do exercício profissional.

Além dos projetos de extensão aqui apresentados, outros poderão ser criados com a finalidade de desenvolver a extensão universitária. Além disso, existe a possibilidade de que os discentes possam cumprir atividades de extensão em outros programas e projetos institucionais.

Tabela 15: Curricularização da Extensão - distribuição da carga horária por programas, projetos e núcleos

Curricularização da Extensão			
Semestre	Perfil da atividade de extensão	Núcleos de formação	Carga horária por semestre
1º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
2º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
3º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
4º Semestre	Programas e Projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
5º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
6º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
7º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
8º Semestre	Programas e projetos de extensão	Núcleo I: Estudos de formação geral e Núcleo II: Aprofundamento e diversificação de estudos	Carga horária livre
Carga horária total			200h

Convém destacar que, além dos projetos aqui previstos, outros poderão ser criados com a finalidade de desenvolver extensão universitária no âmbito do curso. Ademais, existe a possibilidade dos estudantes cumprirem as atividades de extensão em outros programas e projetos institucionais, permitindo a formação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Integração com as redes públicas de ensino

O curso desenvolverá integração com as redes públicas de ensino por meio, através de atividades formativas, tais com a extensão universitária e política de acompanhamento de egressos, buscando estabelecer um vínculo importante entre a Licenciatura em Ciências Sociais da UNIFAL-MG e as e os egressos que trabalham como docentes nas redes públicas de educação

básica, em especial, na supervisão de estágio. Ao longo de todo o curso, a licencianda ou o licenciando terá condições de estabelecer o contato e a aprendizagem em relação com a educação básica, através das atividades formativas de Prática em Educação I, II, III e IV e do Estágio Supervisionado I, II, III e IV, que deverão ocorrer, prioritariamente, na rede pública de ensino.

Na tabela 14, pode-se observar a distribuição da integração com as redes públicas de ensino.

As experiências de integração com as redes públicas de ensino serão documentadas pelo NDE do curso, que comporão para os processos avaliativos do curso, bem como para o planejamento da melhoria das ações.

14.7 Pesquisa

Ao longo do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, a comunidade discente será incentivada a desenvolver uma série de estratégias visando, desde o início do curso, a pesquisa científica nas atividades de ensino e extensão. Serão ofertadas vagas em grupos de ensino, pesquisa e extensão que visem ampliar o repertório teórico e empírico, a elaboração e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, o conhecimento de metodologia científica e as técnicas de investigação. Destaca-se que a licencianda ou o licenciando será estimulado se engajar nas linhas de pesquisas em que está vinculada a equipe docente do curso, bem como de outras áreas do saber.

Por meio de programas institucionais de Iniciação Científica, a discente e o discente terá a possibilidade de envolver-se como todo o processo de pesquisa, desde o projeto, ao trabalho de campo, aos levantamentos de dados, às leituras, às análises de dados e conteúdos, à elaboração de texto e à escrita acadêmica, à apresentação de relatórios e às comunicações em eventos científicos. Sempre que possível, será estimulada a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, com base em pesquisas oriundas da participação em programas de Iniciação Científica e/ou Iniciação à Docência. As estratégias de formação de pesquisadoras e pesquisadores em Ciências Sociais terão também importante enfoque nas temáticas relacionadas às instituições socializadoras, tanto da educação escolar como não-escolar; as políticas públicas de educação; os sujeitos que compõem as instituições socializadoras;

bem como os interesses, os valores e os sentidos atribuídos à educação e à cultura. Visa-se criar condições para que aquelas e aqueles que queiram ingressar em um curso de pós-graduação tenham uma excelente formação de base.

As atividades de pesquisa realizadas e não computadas na carga horária dos Núcleos I e II da formação específica e de aprofundamento e diversificação, poderão ser atribuídas na carga horária de Atividades Complementares do Núcleo III - Estudos Integradores, conforme regulamentação própria de Atividades Complementares.

IV – Desenvolvimento Metodológico

15. Metodologia de Ensino e de Avaliação da Aprendizagem

A metodologia de ensino da Licenciatura em Ciências Sociais assenta-se sobre as concepções que norteiam os objetivos desse curso, a saber, destacando-se a dimensão social da educação, por meio da qual se concebe a educação como promotora da cidadania e da participação democrática e a sociedade como realidade, fruto de construção histórica e humana e que, portanto, pode ser transformada por meio da intervenção consciente dos sujeitos. Nesse sentido, não se concebe uma metodologia de ensino para a formação de docentes que não se baseie em relações de ensino-aprendizagem que neguem, na prática cotidiana, os objetivos expressos, quais sejam, a democracia e a cidadania. Sujeitos que educam e são educandos, certamente, têm diversas atribuições e responsabilidades no processo de ensino-aprendizagem, entretanto, ambos são sujeitos de um processo que se quer dialógico, respeitoso e aberto ao co-aprendizado.

A metodologia de ensino pauta-se na importância do planejamento do processo de ensino-aprendizagem, a partir de proposta original da e do docente, que deve ser debatido e aprimorado junto ao corpo discente. Esse planejamento terá como foco os objetivos de cada componente curricular, bem como suas especificidades na atividade formativa (disciplinas, programa e projetos de extensão de ensino, extensão e pesquisa, prática como

componente curricular, iniciação à docência, TCC, dentre outros). Tanto os objetivos da disciplina quanto às especificidades da atividade serão evidenciadas às e aos discentes, que podem colaborar, especialmente, na definição dos objetivos, desde que estejam adequados às ementas. As atividades propostas em cada componente curricular para a consecução dos seus objetivos serão planejadas no início de cada semestre letivo, com relativa flexibilidade, considerando as adequações que podem se tornar necessárias ao longo do semestre – tendo em vista, principalmente, dificuldades ou avanços na aprendizagem. Essas atividades devem prezar pela diversidade e a conquista da autonomia intelectual do sujeito discente, em especial sua habilitação para se tornar uma ou um docente que preze pelas relações dialógicas, pelos valores da cidadania e da democracia participativa e a contribuição dos conhecimentos das Ciências Sociais pela construção de uma sociedade mais justa. As práticas de ensino-aprendizagem nas Ciências Sociais, tradicionalmente, passam pela leitura de textos acadêmicos, que precisa ser mantida, mas deverá se combinar com outras estratégias, tais como: atividades individuais ou em grupo sobre os textos; redação de resumos e resenhas dos textos lidos; realização de apresentações orais, individuais ou em grupo, sobre os textos; realização de atividades investigativas, tais como análise de documentos, comparação entre textos teóricos e observações da realidade social; viagens técnicas; atividades culturais; atividades de iniciação à docência, pesquisa e extensão, entre outras.

Haverá uma correspondência entre prática de ensino-aprendizagem e atividade avaliativa, a saber, a intenção de que todo resultado produzido pelas e pelos estudantes nas atividades seja avaliada pela e pelo docente, avaliação essa que será considerada na avaliação final da e do discente no componente curricular. A avaliação é aqui considerada como parte intrínseca do processo de ensino-aprendizagem, e não mero momento de aferição de aprendizagem para meras premiações e punições. Como parte do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação municia docentes e discentes com resultados que afirmem ou modifiquem o planejamento, para que os objetivos do componente curricular sejam melhor atingidos por todas e todos. Conforme a possibilidade e a característica da atividade avaliada, poderá ser refeita e a avaliação

alterada, desde que implique em um melhor atendimento pela e pelo docente do que se objetiva com ela.

O desempenho da e do docente e os resultados do componente curricular em prol do aprendizado coletivo precisam também ser avaliados, preferencialmente por instrumentos e momentos específicos, como questões para avaliar a docência e a disciplina (respondidas pelas e pelos discentes) e reuniões de avaliação – no meio e no final do componente curricular. Outro instrumento importante, que pode ser utilizado tanto para a avaliação de cada discente, quanto para a avaliação do componente curricular, é a auto avaliação feita pela e pelo discente acerca de sua própria percepção relativa ao seu desempenho.

Ainda que se possa considerar como estando contemplada acima, consideramos ser necessário explicitar a busca de se atender à Acessibilidade plena na metodologia de ensino e na avaliação de ensino-aprendizagem. Consideramos que a acessibilidade implica, também, em considerar as origens sociais e regionais das e dos estudantes, origens que diferenciam os sujeitos educandos no processo de ensino-aprendizagem, que exigem da docência e das práticas de ensino-aprendizagem flexibilidade, adaptação e dialogia. Há também que se considerar o acesso às e aos estudantes deficientes, no qual o curso de Ciências Sociais - Licenciatura tem recebido o apoio sistemático da administração da UNIFAL-MG por meio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, especialmente por meio de intérpretes de Libras durante eventos de extensão e em salas de aula. Contudo, o curso tem estado atento a outras formas de deficiência entre suas e seus estudantes, que serão informados pela universidade ao Núcleo Docente Estruturante, que tem se reunido sistematicamente para debater as dificuldades de aprendizagem do corpo discente e as exigências plena acessibilidade. O NDE irá construir junto ao corpo docente e discente as estratégias para a inclusão plena de todas e todos que, como seu direito, adentrarem o espaço da universidade pública em busca da Licenciatura em Ciências Sociais.

16. Metodologia de Avaliação

16.1 Avaliação do Projeto Pedagógico

O curso conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que tem como incumbência analisar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico. De acordo com a Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, o NDE de um curso de graduação “constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”. Algumas das atribuições do NDE são: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; elaborar e acompanhar o projeto pedagógico do curso em colaboração com a comunidade; avaliar e atualizar o projeto pedagógico de acordo com as necessidades do curso; apresentar relatório de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico ao Colegiado para conhecimento e providências; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a dar continuidade no processo de acompanhamento do curso, podendo seus membros permanecerem por, no mínimo, três anos.

O NDE do curso de Ciências Sociais - Licenciatura deverá contar com no mínimo 4 docentes, que têm a responsabilidade de propor e coordenar o processo de avaliação do projeto pedagógico do curso e o processo da sua reformulação – como foi feito com esse projeto que agora se apresenta. Nas suas reuniões, o NDE constantemente avalia o projeto pedagógico, fazendo uso de instrumentos também utilizados para a avaliação interna do curso, descritos abaixo, no item 16.2. Essas análises preliminares do NDE são levadas para as assembleias do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, dos quais participam todo o corpo docente e representantes do corpo discente ou para as reuniões do Colegiado do Curso.

As assembleias se constituem como o primeiro instrumento e local de participação do corpo docente na avaliação do projeto pedagógico. Mas, o mais importante, é o espaço dos Fóruns, que reúnem todo o corpo docente e discente que, no primeiro momento, avalia o projeto atual, as mudanças no contexto e as alterações desejadas, e, no segundo dia, constrói diversas propostas para a reformulação do projeto pedagógico. O Fórum é, obrigatoriamente, convocado pelo Colegiado do Curso a cada três anos, para a avaliação do projeto do curso e, caso se decida, para sua reformulação. Mas o Colegiado do Curso também pode ser convocar o Fórum antes de se completar o triênio, quando se identificar necessidades ou diante de uma nova demanda, como a recente alteração nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Parecer CNE/CP n. 2/2015). Outro motivo relevante para a convocação do Fórum é o retorno de avaliações por comissões do Ministério de Educação e Cultura (MEC), que podem trazer exigências, recomendações ou sugestões de alteração no projeto pedagógico do curso.

16.2 Avaliação Interna do curso

O Curso de Ciências Sociais - Licenciatura é composto por quatro principais órgãos: O NDE, que além da função de coordenar o processo de avaliação do projeto pedagógico do curso, organiza, supervisiona e acompanha as atividades de estágio, as atividades complementares e o TCC, além de acompanhar as egressas e os egressos do curso; o Colegiado, composto por outras e outros quatro docentes do curso, incluindo sua coordenação, mais um representante discente, com atribuições de caráter mais administrativo; a Assembleia do Curso, composta por todo o corpo docente e duas representações discentes; o Fórum, acima descrito, que é o órgão que avalia o projeto pedagógico do curso e constrói as bases para a sua reformulação. Todos esses órgãos participam também da avaliação interna do curso, propondo instrumentos e atividades de avaliação, bem como participando da análise dos resultados desses.

As atividades e instrumentos utilizados para a avaliação interna são os seguintes:

1. Avaliação institucional: realizada por meio da CPA que é a Comissão Própria de Avaliação prevista pela lei federal nº 10.861 de 14 de abril de 2004, composta por representantes de discentes, docentes e técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil. Esta comissão tem a responsabilidade de coordenar, conduzir e articular o processo contínuo de auto avaliação da universidade, em todas as suas modalidades de ação, com o objetivo de fornecer informações sobre o desenvolvimento da instituição, bem com acompanhar as ações implementadas para a melhoria de qualidade do ensino e do seu comportamento social. A avaliação é realizada por meio de questões respondidas, semestralmente, por estudantes e docentes, em levantamento realizado pela própria instituição, sobre diversos aspectos, que vão desde as condições da infraestrutura universitária, até os conteúdos oferecidos nos componentes curriculares, que permitirá a verificação do atendimento das propostas do curso;

2. Acompanhamento: reuniões (da Assembleia, Colegiado, NDE e Fórum) que buscam, por meio de formas não sistemáticas, a sondagem com estudantes e docentes sobre o desenvolvimento do curso. Outros elementos a serem investigados serão a participação e a promoção do corpo discente as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão);

3. Pesquisas e estudos do NDE sobre o desenvolvimento do projeto pedagógico, com base em dados quantitativos fornecidos pela própria Pró-reitoria de Graduação (Prograd) da UNIFAL-MG, acerca das notas nas disciplinas, evasão, tempo de titulação etc., e outros dados quanti e qualitativos por meio de questionários elaborados especialmente ao corpo discente da Licenciatura em Ciências Sociais.

4. Acompanhamento das egressas e dos egressos do curso, com informações relevantes sobre a forma de engajamento no mundo do trabalho, a busca de outros cursos de graduação e pós-graduação e o impacto do aprendizado na Ciências Sociais - Licenciatura no trabalho e na continuidade da formação.

16.4 Avaliação Externa do curso - SINAES

Na década de 1990, sistemas de avaliação e de monitoramento de grande alcance foram implantados de forma contínua e integrada ao planejamento e financiamento das reformas educacionais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O MEC implantou sistemas de avaliação e dentre eles está o Exame Nacional dos Cursos Superiores, conhecido como “provão”, iniciado em 1995 e reestruturado, em 2004, como Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

O Enade passou a ser parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por meio do qual o INEP analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Segundo o sítio do MEC, “O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

Nesse sentido, o curso de Ciências Sociais - Licenciatura tem se orientado por essa importante forma de avaliação externa, que tem servido como fonte relevante para verificar seu cumprimento da legislação e regulamentação, bem como o atendimento dos objetivos de ensino-aprendizagem.

V – Estrutura de funcionamento

17. Recursos físicos, tecnológicos e outros

Em 2019, o curso de Ciências Sociais – Licenciatura completou 10 anos de história. Nesse tempo, se consolidou e acompanhou o desenvolvimento da UNIFAL-MG, ampliando sua estrutura e melhorando seu funcionamento.

Os estudantes do curso de Ciências Sociais – Licenciatura dispõem, de forma geral, de uma infraestrutura da Universidade com salas de aula de uso comum, todas equipadas com retroprojetores, projetor de multimídia e computadores. À disposição dos docentes do curso, além das salas de aula equipadas, contam com gabinetes de trabalho com computador, armário, mesa, cadeira e ar condicionado. A secretária do Instituto de Ciências Humanas e Letras de Sala de Professores que atendem aos docentes do curso, equipada com geladeira, computador e mesa para reuniões e Sala para Coordenação de Curso, equipada com computador, mesa, cadeira, armário e ar condicionado, para atendimento à comunidade discentes e docentes. Além disso, a secretaria do Instituto, dispõe de notebooks e caixas de som, emprestados mediante agendamento.

Como recursos específicos para o melhor funcionamento do curso, os estudantes e docentes contam com dois laboratórios:

- 1) Laboratório de Pesquisa e Metodologia em Ciências Sociais: Este espaço de uso multidisciplinar conta com ambiente climatizado, projetor de multimídia, equipamento de som, scanner e 22 computadores modernos e atualizados nos quais se encontram instalados, além dos sistemas operacionais básicos, programas e softwares de pesquisa, como SPSS, NVIVO, e Sistema R, para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e práticas de metodologias de pesquisa qualitativa e quantitativa.
- 2) Laboratório de Ensino de Ciências Sociais: Este espaço, de uso multidisciplinar, conta com ambiente climatizado, lousa, computador, projetor de multimídia, equipamento de áudio e vídeo, armário e uma mesa com capacidade para 24 cadeiras. Trata-se de

um espaço no qual se desenvolvem atividades pedagógicas, teóricas e práticas, envolvendo professores e estudantes em suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Além desses laboratórios dedicados às atividades específicas do curso, os estudantes também contam, no âmbito da Universidade, com dois laboratórios de informática de acesso livre à internet para uso da comunidade acadêmica, bem como computadores para pesquisa, com acesso à internet, que se situam na área de convivência estudantil. O acesso à internet é total em todo o recinto da UNIFAL-MG, para todos os professores, funcionários e estudantes, que se conectam por meio da rede interna via wi-fi, mediante cadastro e uso de senha pessoal.

Considerando a natureza do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, é importante destacar a estrutura da Biblioteca e sua centralidade na formação de estudantes, equipes docentes e técnicas, bem como no desenvolvimento de pesquisas. A Biblioteca Central da UNIFAL-MG tem 2.661 m² de área construída de 1703 m² no andar térreo e 958 m² no mezanino (área de estudos), possui capacidade para 300 assentos e cinco salas de estudos em grupo. Possui em seu acervo mais de 96 mil exemplares, incluindo livros, teses e dissertações, periódicos estrangeiros e nacionais, e materiais especiais (CD, CD-ROM, DVD, etc.). Os usuários têm também como suporte à pesquisa, um laboratório de informática com 39 computadores com acesso à internet e um scanner planetário. Para acesso à base local, são disponibilizados dois computadores e dois computadores para acesso online aos jornais assinados. Há também a disponibilização de escaninhos para guarda de material de uso pessoal durante a permanência dos usuários na biblioteca. A biblioteca possui ainda, uma política de seleção, aquisição e desenvolvimento do acervo, para a qual conta com a colaboração e sugestões de professores. Desenvolve ainda uma campanha junto aos usuários de manutenção/encadernação para conservação de material bibliográfico. O acervo pode ser consultado através do software SOPHIA Biblioteca, versão avançada, e oferece diversos serviços ao usuário, dentre os quais vale destacar: consulta ao acervo; renovação e reserva de material bibliográfico. No site ainda é possível encontrar informações sobre o seu funcionamento, equipe, guia do usuário; links

direcionados à pesquisa científica. Ademais, é disponibilizado ao usuário um manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses, bem como o acesso a e-books gratuitos, produzidos e/ou editados na e pela instituição.

A Biblioteca oferece também os seguintes serviços cooperativos e convênios:

1. BIREME – Centro Latino Americano de Informações em Ciências da Saúde – Rede Nacional;
2. IBICT/BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações;
3. IBICT/CCN – Catálogo Coletivo Nacional;
4. IBICT/COMUT – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas;
5. Portal de Periódicos da Capes;
6. Rede Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Rede Nacional de Catalogação Cooperativa

18. Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo em Educação

O curso de Ciências Sociais - Licenciatura possui um corpo docente constituído por 15 professoras e professores que atuam diretamente em dois núcleos básicos de formação: o núcleo de formação geral que compreende as disciplinas tronco da área de Ciências Sociais, tais como Filosofia, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, Relações Étnico-raciais; e o núcleo de formação na interface Ciências Sociais e Educação, como Psicologia da Educação, Política Educacional, Ensino de Ciências Sociais, Laboratório Supervisionado de Ensino de Sociologia, Didática, Gestão Educacional, Educação Ambiental, Fundamentos da Educação Inclusiva; Fundamentos históricos e filosóficos da Educação, Libras.

Além dos professores vinculados diretamente ao curso, cada núcleo de formação conta também com o apoio e colaboração de outras professoras e professores das áreas específicas da formação docente e que integram o quadro do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Assim, o estudante tem

acesso a um corpo docente diverso e um percurso interdisciplinar em sua trajetória formativa nas Ciências Sociais – Licenciatura.

O curso não conta com técnico-administrativo em assuntos educacionais, mas tem o apoio dos secretários do Instituto de Ciências Humanas e Letras.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, JeanClaude. **Ofício de sociólogo**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. CNE. **Resolução CNE/CP 02/2015**. Diário Oficial da União, 2 de julho de 2015. Seção 1, pp.8-12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). Lei 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União em 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 11.684, de 02 de junho de 2008. **Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 492 de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CES 17, de 13 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 1363 de 12 de dezembro de 2001. **Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**.

Disponível em <<http://www.mec.gov.br/legis/educsuperior.shtm>. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Decreto 4.281 de 25/06/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a **Política Nacional de Educação Ambiental**, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2003, que trata da prevenção ao uso e abuso de drogas pelos alunos de todos os graus de ensino.**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004, que institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Indígena, Afro-Brasileira e Africana** e a Lei nº 11645/2008, que trata da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências**, Presidência da República (Casa Civil), Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá devidas providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 17 out. 2019

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01/2012, que trata da Educação em Direitos Humanos.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018- **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 17 out. 2019

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-**

Brasileira e Indígena”, Presidência da República (Casa Civil), Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Presidência da República (Casa Civil), Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). Decreto nº 5626/2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, Presidência da República (Casa Civil), Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil). **Lei 13.005/2014: que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 out. 2019

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República (Casa Civil) **Lei nº 10.861, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 17 out. 2019.

GADOTTI, M. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: **MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília. 1994.

PIEPER, Josef. **Abertura para o todo: a chance da universidade**. Tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros e Luiz Jean Lauand. São Paulo: Apel, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação Nº 066**, de 10 de agosto de 2017. 10p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Nº 15** de 15 de junho de 2016. 46p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução Consuni/UNIFAL-MG 10/2016: que aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL-MG e dá outras providências**. Disponível em https://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Consuni/2016/Resolucao_10-2016%20-%20alterada%20pela%20Res%2011-2016.pdf. Acesso em 17 out. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução Prograd 03/2017: que Regulamenta os Estágios Obrigatórios dos Cursos de Licenciatura.** Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/system/files/imce/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2003%20de%2031%20de%20mar%C3%A7o%20de%202017%20Est%C3%A1gio%20obrigat%C3%B3rios%20das%20licenciatura%20atual_0.pdf. Acesso em 17 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIFAL-MG (Resolução n. 100/2015 do Consuni-UNIFAL-MG).** Disponível em https://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Consuni/2015/Resolucao_100-2015%20-%20PDI.pdf. Acesso em 17 out. 2019



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Pró-Reitoria de Graduação
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9152 - grad@unifal-mg.edu.br

COLEGIADO DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 038, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Aprova o Projeto Pedagógico de Reestruturação do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG para os ingressantes a partir de 2020/1

O COLEGIADO DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG), no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.017822/2019-31 e o que foi decidido em sua 281ª Reunião, realizada em 21 de outubro de 2019,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, para os alunos ingressantes a partir do primeiro semestre letivo de 2020, cujo teor encontra-se na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCISCO LOPES XARÃO

Presidente do Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **José Francisco Lopes Xarão, Presidente**, em 29/10/2019, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0213901** e o código CRC **D228522B**.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Alfenas
Pró-Reitoria de Graduação
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Bairro centro, Alfenas/MG - CEP 37130-001
Telefone: (35) 3701-9152 - grad@unifal-mg.edu.br

COLEGIADO DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 017, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Aprova a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG para os ingressantes a partir de 2020/1

O COLEGIADO DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 9º do Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação, aprovado pela Resolução nº 14 de 09/08/2016, do Conselho Universitário,

CONSIDERANDO o que foi decidido em sua 294ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23087.009001/2020-64,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a retificação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura da UNIFAL-MG para os ingressantes a partir do primeiro semestre de 2020, para fazer constar as seguintes alterações:

1) Alteração de redação de conteúdo da Tabela nº 2, página 40:

Onde se lê:

Eletiva ou optativa (60h)

Eletiva ou optativa (60h)

Deverá constar:

Eletiva (60h)

Eletiva (60h)

2) Alteração da redação do último parágrafo da página 40:**Onde se lê:**

Não haverá migração de ingressantes de anos anteriores para este novo currículo que será direcionado apenas para os alunos ingressantes a partir de 2020/1. Assim, não haverá necessidade de adaptação curricular. Majoritariamente, houve apenas extinção e criação de disciplinas. Em poucos casos houve modificações na estrutura das disciplinas vigentes.

Deverá constar:

Não haverá migração de ingressantes de anos anteriores para este novo currículo que será direcionado apenas para os alunos ingressantes a partir de 2020/1. Assim, não haverá necessidade de adaptação curricular. Majoritariamente, houve apenas extinção e criação de disciplinas. Aos(às) estudantes que ingressaram em períodos anteriores, ainda com projeto pedagógico vigente, será garantida a conclusão do curso por meio da oferta de disciplinas ou equivalência entre disciplinas. Em poucos casos houve modificações na estrutura das disciplinas vigentes.

3) Alteração de redação de conteúdo da Tabela nº 8, página 44:**Onde se lê:**

Eletiva ou Optativa

Deverá constar:

Eletiva

4) Inserção do parágrafo abaixo ao final do item 13, na página 56:

Poderão ser criadas outras disciplinas eletivas, de acordo com as necessidades apresentadas. Ressalta-se ainda que todas as disciplinas ofertadas pelos demais cursos da Instituição, sejam elas obrigatórias, eletivas ou optativas em suas dinâmicas curriculares, serão consideradas eletivas para o curso de Ciências Sociais - Licenciatura, desde que aprovadas pelo Colegiado e informado à Prograd para inserção na dinâmica curricular.

Art. 2º Determinar que a retificação seja consolidada na Resolução nº 038 de 21/10/2019 do Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação da UNIFAL-MG, que aprovou o referido Projeto Pedagógico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCISCO LOPES XARÃO
Presidente do Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **José Francisco Lopes Xarão, Presidente**, em 02/07/2020, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0325221** e o código CRC **A1F5D97B**.



Referência: Processo nº 23087.009001/2020-64

SEI nº 0325221